

Capítulo 8

A estratégia marítima teórica

290 – Alcance da estratégia marítima teórica

A condução da guerra no mar apresenta, de início, o problema dos meios e do seu emprego. É nesse domínio que a estratégia naval, ou marítima como se queira¹, manifesta com mais força seu particularismo. O domínio dos fins decorre da estratégia global (ou da condução diplomático-estratégica) e, neste particular, o elemento marinho perde aí alguma coisa da sua especificidade. Isso não significa, por assim dizer, que o mar não possa fornecer um ponto de partida válido a uma reflexão sobre a estratégia no nível mais elevado. Mahan, verdadeiro pai fundador da estratégia naval contemporânea, elevou-se acima do problema imediato da condução da guerra no mar para propor uma verdadeira visão da história, de uma amplitude impressionante e raramente igualada. A confrontação mar contra terra é, senão uma constante, ao menos uma regularidade na reflexão político-estratégica, ou mesmo filosófico-estratégica. A estratégia naval (ou marítima) não pretende constituir-se em disciplina independente da estratégia geral, mas ela pode trazer sua contribuição à estratégia teórica. Com Mahan, Corbett, Castex, Rosinski, Cable, ela já tem direito a alguns belos títulos de nobreza.

Por trás desses autores decisivos, existe uma pléiade de escritores mais ou menos talentosos, mais ou menos influentes... que têm, em todas as épocas, tentado incorporar sua opinião, mais ou menos interessante, aos debates do momento e dar sua contribuição, mais ou menos original, à construção atemporal de um edifício teórico. O *corpus* é imenso, porém, mais ainda do que ocorre com o pensamento estratégico “geral” (terrestre), ele permanece ignorado, senão desconhecido².

¹ Naval remete ao instrumento (a esquadra), *marítimo* ao meio. O segundo termo é evidentemente mais amplo, englobando todos os aspectos do mundo marinho: econômico, político, estratégico..., a ponto de Corbett ter chegado até a identificar, no caso da Grã-Bretanha, a estratégia marítima com a estratégia geral.

² Por mais surpreendente que possa parecer, não existe nenhuma história do pensamento estratégico e tático naval e não se dispõe mais do que de alguns esboços sumários. Uma pesquisa coletiva está em curso: Hervé Coutau-Bégarie e outros, *L'Évolution de la pensée navale*, 8 vol., Paris, FEDN e após ISC-Économica, 1991-2006. Seria preciso extrair dela uma síntese, necessariamente incompleta, pois resta estudar um grande número de autores e de correntes.

SEÇÃO I – HISTÓRIA DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA TEÓRICA

SUBSEÇÃO I – O PENSAMENTO NAVAL ANTIGO

291 – O pensamento naval ateniense

Não se sabe se houve, em Atenas ou em outras cidades gregas (Corcira, Corinto, Rhodes mais tarde), tratados didáticos de tática naval. Esta era extremamente elaborada para a época, como testemunham a panóplia bastante diversificada das armas, a complexidade de certas manobras e a busca da conexão entre as armas³. Não se encontra nenhum vestígio antes do século IV aC., época na qual Enéas, o Tático, consagra ao tema naval uma parte de seus escritos, infelizmente perdida. Isso deve ter ocorrido após ele, pois “*certas passagens de Polieno (séc. II)... são certamente inspiradas em alguma obra de tática naval bem anterior ao século II*”⁴. Os sinais são mais claros em estratégia. Os historiadores, Tucídides em primeiro lugar, conservaram para nós muitos extratos de discursos de oradores que provam a existência, desde o séc. VI ou V, de um pensamento naval estruturado em torno de conceitos como o império do mar ou o domínio dos mares. Ao dotar Atenas da esquadra que devia permitir-lhe triunfar sobre a Pérsia nas Guerras “Médicas”, Temístocles manifesta uma visão estratégica de grande amplitude. Péricles, após ele, desenvolve uma análise geoestratégica para explicar a seus compatriotas a conduta a adotar em face da potência espartana⁵. Xenofonte lança um princípio que ressurgirá no Renascimento: “*Os mestres do mar são livres para abordar costas onde somente haja poucos ou nenhum inimigo. Mas, se o inimigo aparece, devem reembocar e fazer-se ao largo*”⁶. É em Atenas que encontramos a primeira estratégia naval global e durável, resultado de um esforço de reflexão e de teorização.

292 – O pensamento naval helênico

Do pensamento naval helênico, nós não temos mais do que fragmentos⁷. A reconstituição a que podemos proceder sugere que ele conheceu um certo desenvolvimento, mas nós não podemos jamais ir além de suas grandes linhas⁸. Não há, entretanto, nenhuma dúvida de que ele era estruturado. Não existe praticamente nenhuma reflexão tática que tenha chegado até nós, mas duas ou três alusões à formação de comboios sugerem que a proteção do tráfego era um cuidado real, o que não deve surpreender numa época em que a pirataria era uma atividade corriqueira: o debate entre os defensores dos comboios e os das rotas patrulhadas já devia existir⁹. A frequência das batalhas navais comprova a capacidade de permanência das esquadras¹⁰, e, logo, da consciência da dimensão marítima da estratégia. Mas é impossível

³ Cf Jean Pagès, *Recherches sur la guerre navale dans l'Antiquité*, Paris, ISC-Économica, Hautes Études maritimes 15, 2000, ch. II, que descreve as armas de choque (esporão), mas também de lançamento à distância, assim como de abordagem extremamente diversa.

⁴ J. Taillardat, “La trière athénienne et la guerre sur mer aux V^e et IV^e siècles”, em Jean-Pierre Vernant (dir.), *Problèmes de la guerre en Grèce ancienne*, Paris, Mouton, 1968, p. 188.

⁵ Jean Pagès, “La pensée navale athénienne aux V^e et VI^e siècles avant Jésus-Christ”, em *L'Évolution de la pensée navale*.

⁶ Citado em J. Taillardat, “La trière athénienne et la guerre sur mer aux V^e et IV^e siècles”, p. 202.

⁷ A referência fundamental é a obra de Polybios, historiador nascido cerca de 200 aC., em Megalópolis, e morto em sua cidade por volta de 120 aC. Infelizmente, não se tem integralmente conservados mais do que cinco de seus quarenta livros, os outros sendo conhecidos apenas por fragmentos ou pelos trechos deles tirados por historiadores posteriores, notadamente Tito Lívio. Além de Polybios, Diodor da Sicília, que viveu na época de César e de Augusto, consagrou vinte e três livros à época helênica, dos quais apenas três são conservados. Pausanias não auxilia muito, Plutarco não é seguro, as *Histoires* de Strabon foram quase inteiramente perdidas...

⁸ Jean Pagès, “La pensée navale hellénistique”, em *L'Évolution de la pensée navale II*.

⁹ Jean Pagès, *Recherches sur la guerre navale dans l'Antiquité*, ch. III.

¹⁰ Cf. Edouard Will, *Histoire politique du monde hellénistique*, Nancy, Presses Edouard universitaires de Nancy, 1967.

dizer se ela foi objeto de tratados didáticos. Podemos sonhar com o que continha a biblioteca de Alexandria...

293 – O pensamento naval romano

Os romanos representam um exemplo particularmente significativo, no tempo e no espaço, de estratégia imperial. A expansão a partir de um reduto original os conduziu necessariamente a entrar em contato com o elemento marítimo que eles não conheciam no início, e na direção do qual eles não sentiam nenhuma atração “espontânea”. Eles tiveram, entretanto, de decidir a aventurar-se no mar para enfrentar adversários que eram potências marítimas¹¹, notadamente Cartago¹². Eles aperfeiçoaram armas e táticas que lhes permitiram finalmente vencer um adversário, de início superior. A constância na manutenção da frota após as guerras púnicas, sua utilização regular nas guerras de expansão e nas guerras civis sugerem fortemente que “*um pensamento naval relativamente evoluído tenha podido nascer*”¹³. Sob a República, Varrone escreve os *Libri navales*¹⁴ que desaparecem, como as partes navais da obra de Frontin (séc. I), as quais constituirão a fonte principal de Vegécio (séc. IV), cujo livro IV do *De Re militari* trata sumariamente da guerra no mar. Além deste último, não chegaram até nós mais do que dois capítulos consagrados à guerra naval numa adaptação de Polieno (autor de cultura grega; supra nº 79), com data incerta (séc. II?), conhecida sob o nome de *Hypothesais*. Polybios faz excelentes descrições de campanhas e de combates navais, e é verdadeiramente uma pena que uma grande parte de sua obra tenha sido perdida. Strabon (séc. I) não nos ensina muito mais, ainda que seu neologismo *thalassokratia*, levado a um tão admirável destino, mostre que o lugar do mar na estratégia geral era bem percebido.

294 – O pensamento naval bizantino

Bizâncio é herdeira, ao mesmo tempo, de Roma e do saber grego. Seus táticos, ativos do séc. V ao séc. X, consagraram uma parte de seus escritos à arte naval, à naumaquia. A primeira *Naumachica* data do séc. V ou VI, a interpretação contemporânea a atribui a Syrianos, autor muito conhecido em seu tempo; ele trata tanto dos preparativos quanto das disposições, em vista da ordem de batalha. O imperador Leão VI escreveu (inspirado), no início do séc X, um volumoso tratado, as *Constitutions tactiques* (igualmente conhecidas pelo título de *Institutions militaires*), cuja última (ou penúltima, segundo as edições) parte é consagrada ao combate no mar. Todos os textos navais bizantinos são em seguida reunidos num corpus dito ambrosiano¹⁵. Esta é uma área que foi elucidada do ponto de vista filosófico, por Alphonse Dain¹⁶, mas que seria necessário estudar do ponto de vista tático e estratégico¹⁷.

¹¹ Os trabalhos sobre a história marítima antiga são muito numerosos, mas raros são aqueles que ultrapassam o quadro arqueológico ou filosófico para elevar-se a uma visão estratégica. Alguns são resumidos no pequeno livro de Chester G. Starr, *The Influence of Sea Power on Ancient History*, New York-Oxford, Oxford University Press, 1989.

¹² Do pensamento naval cartaginês, que deve ter sido estruturado, nós não saberemos jamais nada além de deduções bastante vagas, uma vez que o sucessor dos fenícios, que tinham inventado a escrita, não deixou nenhum texto e só conhecemos através da arqueologia, aqui impotente, e através de algumas menções insuficientes dos autores romanos.

¹³ Jean Pagès, “Y a-t-il une pensée navale romaine?”, em *L'Évolution de la pensée navale III*, p. 28.

¹⁴ Michel Reddé, *Mare nostrum. Les infrastructures, le dispositif et l'histoire de la marine militaire sous l'empire romain*. Rome-Paris, École française de Rome-de-Boccard, 1986, p. 332.

¹⁵ Alphonse Dain, *Naumachica*, Paris, 1943.

¹⁶ Alphonse Dain, “Les stratégistes byzantins”, *Travaux et Mémoires*, 2, 1967.

¹⁷ Hélène Arhweiler, *Byzance et la mer*, Paris, Presses universitaires de France, 1966, não trata mais do que da organização da marinha bizantina e não diz quase nada sobre sua tática e sua estratégia.

SUBSEÇÃO II - O PENSAMENTO NAVAL NO EXTREMO-ORIENTE

295 – O pensamento naval chinês

O pensamento naval chinês deve ser objeto de uma atenção que, por enquanto, não ocorre. Nenhum estudo jamais lhe foi consagrado, ao que parece, mas um punhado de indícios sugere que ele não é muito inferior ao seu homólogo terrestre em antiguidade e abundância. O grande sinólogo Joseph Needham nos ensina que, desde a época de Sun Tzu, o livro de Mo Zi apresentava táticas de uso do esporão e de abordagem. A uma data indeterminada, Wu Zi-Xu escreveu um manual de tática naval (Wu Zi-Xu Shui Zhan Fa). Exemplos navais aparecem em “la myriade des stratagèmes” (Wan Ji Lun) escrito por Jiang Ji por volta do ano 220¹⁸. Infelizmente, a maior parte desses textos se perdeu e esperamos ainda a descoberta de uma “tumba biblioteca” semelhante àquela que nos deixou Sun Bin. Jacques Dars, em seu livro fundamental¹⁹, cita dois tratados de defesa marítima da época Song, entre os séculos X e XII, o *Dongnan fangshou bian*, escrito por Chan Ke, e o *Xugong Zouyi*, cujo autor não é mencionado, mas que consagra um capítulo a “seis proposições, artigo por artigo, para a defesa das vias marítimas”, assim como dois tratados da época Ming, o *Chouhai tubian* (1562) de Zheng Ruozeng, e o *Haifang tuji* (notas sobre a defesa costeira) de Hu Zongxian, um pouco mais contemporâneo. Joseph Needham cita, por seu lado, o *Dong zi yang kao* (estudo sobre os oceanos do leste e do oeste, 1618), de Zhang Xie²⁰. Há ainda numerosas obras técnicas sobre as construções navais, os arsenais, a navegação... que devem certamente conter desenvolvimentos táticos. Encontramos algumas numa imensa “compilação das técnicas militares mais importantes” ordenada pelo imperador em 1044 (Wu Jing Zong Yao). Há aí um imenso campo de estudo a explorar, dificultado pelo duplo obstáculo da língua e da localização dos textos numa literatura imensa.

O debate sobre a alternativa continentalista/marítima esteve muito vivo na China durante o século XIX. Wei Yuan é o mais conhecido dos autores que contribuíram para lançá-lo²¹, mas existem outros, por exemplo Yen Zu Yu, autor do *Yang Fang Ch'i Yao* (princípios de defesa marítima, 1838). Esta interrogação culmina em 1874 com um grande debate sobre a estratégia a adotar diante dos europeus²². Mahan foi traduzido em chinês (após 1945), e os críticos têm apresentado a tendência de ver aí a importação de conceitos estrangeiros, na ausência de uma doutrina nacional do poder marítimo. Seria mais justo considerar que se Mahan foi traduzido, é porque ele oferece uma resposta a uma interrogação ancorada há bastante tempo no pensamento chinês.

296 – O pensamento costeiro japonês

Sabemos atualmente que o Japão jamais foi a talassocracia do Extremo-Oriente antes da época contemporânea²³. De 1639 a 1853, ele fechou-se sobre si mesmo. Mas, por meio de algumas referências esparsas, presumimos que alguns autores, não obstante, falaram, ao

¹⁸ Joseph Needham, resumido por Colin A. Ronan, *The Shorter Science and Civilisation in China: 3*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986, pp. 254-255.

¹⁹ Jacques Dars, *La Marine chinoise du X^e siècle au XV^e siècle*, Paris, CFHM-Économica, 1992, p. 18.

²⁰ Joseph Needham, *La Tradition scientifique chinoise*, Hermann, 1974, p. 181.

²¹ Christine Cornet, “Wei Yuan et la conception chinoise du monde maritime”, em *L'Évolution de la pensée navale*.

²² Emmanuel C. Y. Hsü, “Un grand débat politique en Chine en 1874: défense maritime contre défense aux frontières”, em *L'Évolution de la pensée navale*.

²³ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, *Géoestratégie du Pacifique*, apêndice sobre “l'influence de la puissance maritime sur l'histoire de l'Extrême-Orient”.

menos incidentemente, de tática e talvez de estratégia marítima. Yayashi Tomonao (ou Shihei) escreveu, em 1786, os *Kaikoku Heidan* (discussões militares sobre as nações marítimas). Dez anos mais tarde, Ohara Sakingo, indignado com a inação das autoridades de Hokaido durante a incursão de um navio britânico, escreveu uma advertência contra o ataque russo (declaração de perigo ao norte). Em 1841, Takashima Shûhan redige uma exposição sobre a defesa costeira, na qual ele sublinha a superioridade da artilharia européia. Ele é seguido por Sakuma Shôzan, que publica, em 1842, *Kaibô Hassaku* (oito políticas para a defesa da frente marítima)²⁴. Este campo de estudo está completamente abandonado.

297 – O pensamento naval vietnamita

O pensamento naval vietnamita é quase desconhecido. O gênero dominante é o da crônica ou dos anais. A tradição atribui aos grandes generais a paternidade dos aforismos ou das receitas táticas que encontramos, muito dispersos, nas vidas dos grandes homens, destinados à formação dos futuros governantes. O “combate sobre a água” ocupa aí um lugar notável (é sobre o rio Bach Dang que as invasões chinesas são repelidas, em 939 e em 1288). Capítulos inteiros lhe são consagrados nos tratados de Tran Quoc Tuân (séc. XIII) e de Dào Duy Tù (início do séc. XVIII). A “manobra naval” é igualmente evocada pelo maior dos estrategistas vietnamitas, Nguyễn Trai (séc. XV), nos poemas que celebram o papel da marinha na defesa do país²⁵.

SUBSEÇÃO III - O PENSAMENTO NAVAL MODERNO

298 – A constituição de um pensamento naval nos séc. XVI e XVII

O desenvolvimento do Estado moderno e as grandes descobertas dão uma nova dimensão à política marítima das grandes potências européias, com a constituição de frotas de guerra que vão progressivamente tornar-se permanentes. Esta expansão acarreta o surgimento de um pensamento naval estruturado, quase simultaneamente, em vários países da Europa. No princípio, ele se exprime, seja por incidentes marítimos nos livros que tratam sobretudo da guerra terrestre, seja por desenvolvimentos táticos nas obras gerais ou técnicas sobre a arte de navegar, que é chamada com freqüência de hidrografia. Os verdadeiros tratados de tática naval são raros e o gênero somente se impõrá no fim do séc. XVII.

Na Espanha, um escritor da *Carrera de Índias*, Alonso de Chaves, publica o *Espejo de navegantes* (1530). Existem, provavelmente, outros textos semelhantes, escondidos nos arquivos. Ao fim do séc. XVI, Bernardino de Mendoza consagra desenvolvimentos às forças navais em sua célebre *Teoria y práctica de la guerra* (1577, 1595; supra nº 83). No século seguinte, são acrescidos vários autores que evocam a tática: Andrés García Céspedes (*Regimiento de navegación*, 1606), Francisco Feijóo (*El Sargento embarcado*, 1623), Antonio Pinelo (*Biblioteca náutica*, 1629), o padre José Zaragoza (*Naografia*, 1644), Antonio de Najera (*Navegación especulativa y práctica*, 1669)... Se esta literatura é desconhecida, isso não quer dizer que seja inútil. As explorações dos corsários elisabetanos, o fracasso da Invencível Armada, os episódios de Cadiz ou de Vigo, não nos devem deixar esquecer que o império da América resiste a todos os ataques²⁶ e que as frotas do ouro não sofreram mais do que perdas mínimas (três comboios perdidos em um século e meio)²⁷.

²⁴ Todos esses autores são citados por Jean Esmein, *Un demi plus. Études sur la défense du Japon hier et aujourd'hui*, Paris, FEDN, 1983.

²⁵ Cf. Lé Dinh Tong, “Stratégie et science du combat sur l'eau au Viêt-nam avant l'arrivée des Français”, em *L'Évolution de la pensée navale II*.

²⁶ Paul E. Hoffman, *The Spanish Crown and the Defense of the Caribbean 1535-1585*, Baton Rouge-Londres, Louisiane State University Press, 1980.

²⁷ Entre 1540 e 1650, dos 19400 navios que fizeram a rota da América, registrados pela Casa de Contratação, apenas 107 foram perdidos devido à ação de corsários, ou seja 0,5% de perdas (353 navios se perderam devido ao mau tempo, 59 por naufrágio). Ricardo Cerezo Martinez, *Las Armadas de Felipe II*, Madri, San Martin, 1988, pp. 174-175.

Em Portugal, um monge aventureiro, o padre Oliveira²⁸, redige um trabalho, a *Arte da guerra do mar* (1555), inspirado largamente em Vegécio²⁹. Em Veneza, o Comandante da Marinha, Cristoforo Da Canal, deixa um grosso manuscrito sobre as frotas das galeras, *Della Milizia marittima* (cerca de 1550)³⁰, que circula amplamente, e Bernardino Rocca trata das operações navais nas suas duas obras (supra nº 86). Um marinheiro da frota pontifical, o cavaleiro Pandoro Pandora, publica, no início do séc. XVII, um ambicioso tratado, *L'Armata navale* (1614).

A França traz vários autores: o bispo de Marselha, Claude de Seyssel, em sua *Monarchie de France* (cerca de 1515), clama pela manutenção de uma Marinha; Antoine de Conflans redige (entre 1515 e 1520) um manuscrito conhecido sob o título *Livre des faiz de la marine et navigaies*; o humanista e diplomata Lazare de Baïf produz uma obra abundante que comprehende: *De re navalí* (1536), várias vezes reeditada; um anônimo marselhês propõe, em *Stolonomie* (cerca de 1550), os meios de manter uma frota de galeras; Jean de Fumée sustenta um propósito semelhante em sua *Milice française* (1607). O cardeal-almirante Henri de Sourdis extrai de sua experiência um pequeno tratado de tática (*Le Prélat dans les armées*, 1638)³¹. Dentre as obras gerais sobre a arte de navegar, a mais importante é *Hydrographie* (1643), do padre Fournier, que somente será superada no derradeiro final do século pelos trabalhos do padre Hoste.

Ao fim do século XVI, a Inglaterra elisabetana produz vários autores: Matthew Sutcliffe consagra um capítulo de *The Practice, Proceedings and Lawes of Armes* (1593) à guerra no mar; Walter Raleigh, o mais célebre dos corsários elisabetanos, redige, durante seu cativeiro, *History of the World*, que somente será publicada no século XVIII. Seguem-se os volumosos *Naval Tracts* que William Monson compõe durante seu longo retiro e que somente serão conhecidos em edições póstumas e parciais (1682, 1702-1704). O *Dialogicall Discourse concerning Marine Affaires between the High Admirall and a Captain* (concluído por volta de 1634, publicado em 1685) de Nathaniel Butler ressoou como um eco, certamente enfraquecido, de discussões táticas intensas, que culminaram com a codificação do combate em linha, inserida nas célebres *Fighting Instructions* do Duque de York³².

No séc. XVI, este pensamento é fundamentalmente técnico e orgânico. As navegações oceânicas são uma novidade (ao menos relativa) e o navio de guerra se distingue definitivamente do navio mercante (a galera veneziana ou turca não tem nada em comum com a grande galera medieval). É preciso então aprender a utilizar este novo instrumento, a aprovisioná-lo, a fazê-lo navegar em conjunto... enquanto ao nível superior se põe a dolorosa questão do custo de esquadras que não podem mais ser improvisadas quando a necessidade surgir, mas cuja manutenção permanente se choca a um problema financeiro por vezes insuperável. Somente quando esses dados básicos são solucionados é que nos elevamos ao nível tático, tentando formular algumas regras, de início muito gerais, para a condução do combate. No início do séc. XVII, o surgimento do vaso de guerra modifica fundamentalmente os princípios do combate e provoca uma revolução militar sobre o mar³³. A linha de batalha se impõe após várias décadas de hesitação: já observada entre as esquadras francesa e inglesa diante de La Rochelle em 1627-1628³⁴, ela se generaliza durante as guerras anglo-holandesas.

Encontramos também, entre os espíritos mais elevados, o esboço de uma reflexão estratégica e mesmo geopolítica. Ela aparece já em Claude de Seyssel, que nota a superioridade dos impérios marítimos³⁵. As riquezas drenadas pelo grande comércio marítimo conduzem

²⁸ Alain Mangin, "Le père Fernando de Oliveira", em *L'Évolution de la pensée navale IV*, pp. 77-103.

²⁹ Antonio Silva Ribeiro, "Vegécio na arte da guerra do mar", *Anais do clube militar naval*, 19933 e 4.

³⁰ Jean Pagès, "Un traité de tactique navale du XVI^e siècle: le livre III 'Della Milizia marittima' de Cristoforo Da Canal", em *L'Évolution de la pensée navale IV*, pp. 37-64.

³¹ Christian-Philippe Chanut, "Un prélat aux armées: le cardinal-amiral de Sourdis", em *L'Évolution de la pensée navale VIII*.

³² Julian S. Corbett, *Fighting Instructions 1530-1816*, Greenwich, Navy Records Society, nº 29, 1905.

³³ M.A.J. Palmer, "The "Military Revolution" Afloat: the Era of the Anglo-Dutch Wars and the Transition to Modern Warfare at Sea", *War and History*, IV-2, abril de 1997.

³⁴ Michel Vergé-Franceschi, "La guerre de Trente Ans sur mer", em CEHD, *Nouveaux regards sur la guerre de Trente Ans*, Paris, ADDIM, 1998, p. 127.

³⁵ Jean-François Pernot, "De l'importance des territoires extérieurs et du contrôle des voies maritimes pour un État moderne. Analyse de géoestratégie proposé par Claude de Seyssel, dans la *Monarchie de France* (1515)", em Michel Balard (dir.), *État et Colonisation au Moyen Âge*, Lyon, La Manufacture, 1989.

Walter Raleigh a enunciar a célebre máxima, que será constantemente retomada após ele: “*Aquele que controla o mar, controla o comércio; aquele que controla o comércio, controla as riquezas do mundo*”, enquanto que o utópico italiano Tomaso Campanella proclama que “*aquele que domina o mar, domina a terra*”³⁶. Um autor veneziano publica, em 1682, *Del Dominio del mare Adriatico*. É no Renascimento que aparece a idéia, ainda imprecisa, de domínio do mar, esquecida desde a Antiguidade. Como sobre a terra (e, lá também, sob reserva de um estudo sistemático), o séc. XVII não parece muito continuar no caminho aberto pelo precedente.

299 – Os táticos do séc. XVIII e do início do séc. XIX

A linha desemboca rapidamente sobre um bloqueio tático: a igualdade qualitativa das forças resulta em batalhas cada vez mais indecisas. Toda uma linhagem de táticos³⁷ vai tentar definir as regras do combate naval e superar esse bloqueio. A fraqueza de suas soluções tem menos a ver com a frivolidade dos autores do que com a dificuldade de manobrar uma força de navios de guerra, o que torna a formatura em linha praticamente inevitável³⁸.

O padre fundador é um jesuíta francês, Paul Hoste, capelão de Tourville. A convivência com o maior homem do mar de seu tempo o leva a escrever a *Art des armées navales* (1697), que terá um imenso e durável sucesso, com múltiplas reedições e traduções espanhola³⁹ (1724), inglesa (1762), dinamarquesa (1743), sueca (1752), russa⁴⁰ e mesmo grega (1823). Castex, mais tarde, reprovou-o por ter tornado rígido o modelo da linha e de ter assim contribuído para a esclerose que caracteriza o séc. XVIII⁴¹. De fato, como bem demonstrou Michel Depérey, Hoste é de início animado por uma intenção pedagógica: descrevendo ordens de evolução, “*ele propõe uma gama de possibilidades, as quais é preciso saber usar segundo as circunstâncias*”⁴²; ele posiciona em primeiro a ordem de combate e não exclui de nenhuma maneira a ofensiva, esboçando uma manobra para a ruptura da linha adversa, mas somente se somos obrigados ou se uma ocasião favorável se apresente, pois uma tal manobra é “*hardie et délicate*” (audaciosa e refinada).

Este temor será reencontrado entre seus sucessores do séc. XVIII, notadamente Bigot de Morogues (*Tactique navale, ou traité des évolutions et des signaux*, 1763; traduções inglesa 1767, holandesa 1767), Bourdé de la Villehuet (*Le Manoeuvrier*, 1765; traduções espanhola s.d., inglesa 1788, holandesa 1786) que exalta os méritos da abordagem, até ao Visconde de Grenier⁴³ (*L'Art de la guerre sur mer ou Tactique navale*, 1787; traduções inglesa 1788, holandesa 1799), que propõe substituir uma formação em losango por outra em linha, e ao Marquês de Amblymont (*Tactique navale*, 1788), que concebe uma formação em colunas (aquele que Nelson utilizará em Trafalgar). Sua difusão é grande, mas eles não dão, apesar disso, à marinha francesa, uma vantagem marcante sobre a sua rival inglesa. Bem ao contrário, um observador anônimo não hesita em escrever:

*Quanto à teoria, os oficiais deste corpo são talvez os primeiros da Europa. Mas é preciso convir que esses conhecimentos especulativos não valem a experiência dos oficiais da Marinha inglesa*⁴⁴.

³⁶ Hervé Coutau-Bégarie, “L’émersion d’une pensée navale en Europe au XVI^e siècle et au début du XVII^e siècle”, em *L’Évolution de la pensée navale IV*.

³⁷ Cf. Michel Depérey, *Tactiques et stratégies navales françaises et britanniques 1690-1815*.

³⁸ Trabalhos em curso do Contra-Almirante François Caron.

³⁹ Tradução (aparentemente muito livre) de Juan José Navarro, futuro capitão-general. Ela permaneceu manuscrita, mas parece ter tido uma certa difusão. Em 1753, o Marquês de la Enseñada fez dela um resumo, intitulado *Disciplina militar*.

⁴⁰ Não localizada até hoje. Sua existência é, entretanto, certa, pois ela serviu de base para uma outra tradução sueca, em 1764.

⁴¹ Capitão-Tenente Castex, *Les idées militaires de la marine au XVII^e siècle*, Paris, Fournier, 1911.

⁴² Michel Depérey, “Le père Hoste, fondateur de la pensée navale moderne”, em *L’Évolution de la pensée navale*, p. 67.

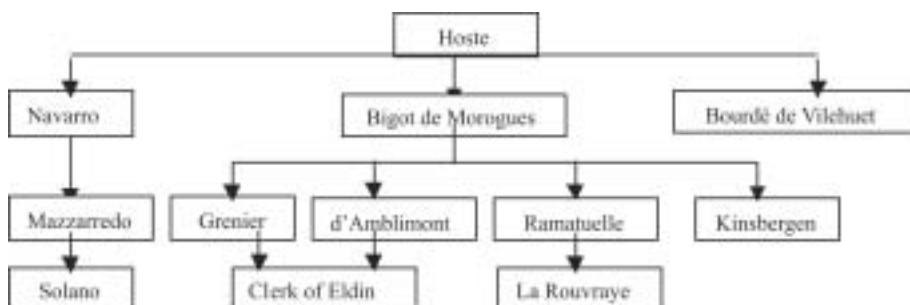
⁴³ François Caron, “Le vicomte de Grenier, héritier de Bigot de Morogues ou fils spirituel de Suffren?”, em *L’Évolution de la pensée navale III*.

⁴⁴ *De l’Esprit militaire*, La Haye, nova edição, 1785, p. 335.

A primazia dos teóricos franceses não deve ocultar a existência de outras fontes de reflexão. A ausência britânica impressiona, ademais de verdadeiramente surpreender (única exceção: Thomas More Molineux escreve a primeira obra consagrada às operações anfíbias: *Conjunct Operations; or Expeditions that Have Been Carried on Jointly by the Fleet and the Army, with a Commentary on Littoral War*, 1759), assim como o apagamento italiano⁴⁵ de onde nós recuperamos apenas o “testament tactique” da marinha veneziana, reunido, nos anos 1780-1790, pelo aristocrata Giacomo Nani⁴⁶, mas que permaneceu inédito. A Holanda forneceu um pensador de real envergadura, Jan Hendrick van Kinsbergen (*Grondbeginselen der zee-tacticq*, fundamentos de tática naval, 1782; traduções russa 1800, alemã...), que prega uma tática mais ofensiva⁴⁷. A escola espanhola permanece ativa com Juan José Navarro (*El Capitán de navio instruido*, 1725. *Escuela teórica y práctica de la marina*, 1739) e José de Mazarredo, um dos melhores almirantes do seu tempo (*Rudimentos de tática naval*, 1776).

Todos esses autores buscam melhorar a manobra, não transformá-la. É somente com o negociante escocês John Clerk de Eldin (*Essay on Naval Tactics*, 1790, 1804; traduções francesa 1791, portuguesa 1801, russa 1803, holandesa 1806) que a busca da ruptura da linha adversa torna-se mais consolidada. Teria ele inspirado a manobra bem sucedida de Rodney na batalha dos Santos (1782)? Ele o pretendeu (suas idéias circulavam antes do aparecimento do *Essay*), isso é mais do que duvidoso. O bloqueio tático que caracteriza o século XVIII tem causas mais profundas do que o conservadorismo da reflexão e somente será superado devido a circunstâncias excepcionais, quando a Royal Navy não terá mais diante dela nada além do que adversários desorganizados⁴⁸. Em todo caso, Clerk não provoca o debate teórico.

OS TÁTICOS NAVAIS MODERNOS



A produção livresca do período revolucionário, apesar de rica em acontecimentos, é quase insignificante. A obra mais importante, o *Cours élémentaire de tactique navale* de Audibert Ramatuelle (1802) “não se posiciona no fim de uma revolução estratégica, mas bem ao meio”⁴⁹, e não pode arcar com todo o seu alcance. José Solano prolonga a tradição espanhola com um livreto (*Táctica naval*, 1793). Descobrimos também, de maneira inesperada, um autor suíço (a serviço da Holanda), Victor-Emmanuel Thellung de Courtelary (*Dastellung der Marine*, 1808, 1818)⁵⁰. Ningém dá atenção ao ensaio mais inovador do período, o de Robert Fulton

⁴⁵ Certamente a marinha veneziana está em plena decadência, mas isso não exclui as tentativas de recuperação. E o reino de Nápoles decide dotar-se de uma marinha na segunda metade do século.

⁴⁶ A *Veneta milizia marittima* comprehende cinco livros, dos quais uma tática para a esquadra, uma tática para a frota de galeras, um histórico da marinha veneziana, um plano de guerra, onde se poderia tratar de estratégia, e um plano de defesa de Veneza que combina um sistema de fortões e uma flotilha. Somente este último parece ter sido editado, ao fim de dois séculos (*Della Difesa di Venezia*, 1997).

⁴⁷ Bruno e Jean-Pierre Colson, “Les penseurs navals hollandais”, em *L'Évolution de la pensée navale IV*.

⁴⁸ Cf. Hervé Coutau-Bégarie, “Quelques observations sur les aspects tactiques et stratégiques de la guerre sur mer au XVIII^e siècle”, *Revue d'histoire maritime*, 1, 1997.

⁴⁹ Michel Depeyre, “Audibert Ramatuelle ou des enseignements perdus”, em *L'Évolution de la pensée navale*, p. 88.

⁵⁰ Jean-Jacques Langendorf, “Victor Thellung de Courtelary, penseur naval suisse”, em *L'Évolution de la pensée navale VII*.

(*Torpedo War and Submarine Explosions*, 1810; tradução francesa 1812), que não se limita à descrição técnica de sua invenção, mas lança também as suas consequências táticas.

300 – Esboços estratégicos no séc. XVIII e início do séc. XIX

Acreditamos por muito tempo (e é ainda a idéia dominante) que esta focalização sobre a tática era exclusiva de toda reflexão estratégica. E, de fato, os táticos não deixam nenhuma reflexão que pudéssemos incorporar à estratégia, diferentemente de seus predecessores do séc. XVI. A dissociação entre as duas dimensões é ainda mais gritante do que sobre terra. É preciso aguardar Ramatuelle para encontrar entre os táticos um esboço de reflexão estratégica.

Mas isso não implica forçosamente que o séc. XVIII seja uma página em branco ao olhar da ciência estratégica. Basta pesquisar além do círculo estreito dos táticos. Uma visão estratégica global aparece claramente entre os dirigentes como o Duque de Choiseul⁵¹, na França, ou o Marquês de la Enseñada⁵², na Espanha. Por outro lado, encontramos reflexões sobre os impérios marítimos entre autores, por vezes ilustres, como Montesquieu (*L'Esprit des Lois*, livro XXI)⁵³, o abade Raynal⁵⁴ ou Gaetano Filangieri⁵⁵, muitas vezes obscuros ou esquecidos, como o abade Séran de La Tour (*Parallèle de la conduite des Carthaginois à l'égard des Romains dans la seconde guerre punique avec la conduite de l'Angleterre à l'égard de la France...*, 1757). Um publicista inglês, membro do parlamento, John Sinclair, consagra um libelo à dominação dos mares pela Inglaterra (*Thoughts on the Naval Strength of the British Empire*, 1782) enquanto que um autor anônimo francês reclama por uma reforma na Marinha para pôr um fim à indisciplina dos oficiais que produziu tantas decepções:

Se é necessário um comércio marítimo, são necessárias esquadras para protegê-lo. O interesse e a segurança do reino indicam-lhe então ter uma marinha; mas para possuir uma, não basta ter apenas navios. É preciso um corpo de homens do mar bem constituído e eis aí o que nossa nação não teve até aqui⁵⁶.

Durante as guerras da Revolução e do Império, a decadência marítima da França inspira certas reflexões: C. A. Pinière analisa *Les Principes organiques de la marine militaire et causes de sa décadence dans la dernière guerre* (1802), enquanto que Mombrion descreve as razões da *Supériorité maritime de l'Angleterre sur la France* (1810) e Rayneval, antigo comissário de Vergennes, clama por *La Liberté des mers* (1811), idéia que será retomada com freqüência contra a potência marítima dominante. O mesmo ocorrerá na Espanha: Zeferino Ferret (*Exposición histórica de las causas que más han influido en la decadencia de la Marina española e indicación de algunos medios para repararla*, 1813) insiste sobre a complementaridade entre marinha mercante e marinha de guerra; Luis María de Salazar publica anonimamente, pouco antes de ser nomeado ministro da Marinha, um *Juicio crítico sobre la marina militar de España*, 1814), no qual ele se lança a uma verdadeira análise geopolítica do poder marítimo espanhol⁵⁷. No reino de Nápoles, Giulio Rocco esboça, também, uma teoria global do poder marítimo (*Riflessioni sul potere marittimo*, 1814) que passará despercebida⁵⁸.

⁵¹ Trabalhos em curso de Bernard Lutun.

⁵² Salvador de Madariaga, *L'Essor de l'empire espagnol d'Amérique*, (1947), Paris, Albin Michel, 1986, pp. 395-396.

⁵³ Guillaume Barrera, "Montesquieu et la mer", *Revue Montesquieu*, 2, 1998.

⁵⁴ Que inspirará Giulio Rocco.

⁵⁵ Ferruccio Botti, "Gaetano Filangieri, précurseur de la Nation Armée et de la prééminence des forces maritimes", *Stratégique*, 68, 1997-4.

⁵⁶ De *l'Esprit militaire*, pp. 325326.

⁵⁷ Pilar Castillo Manrubia, *La Marina de guerra española en el primer tercio del siglo XIX*, Madri, Editorial Naval, 1992.

⁵⁸ Ezio Ferrante, "Giulio Rocco, penseur naval oublié", em *L'Évolution de la pensée navale III*.

O lugar do mar na estratégia geral é perfeitamente compreendido. Mas sua teorização é feita apenas por fragmentos que uma pesquisa sistemática deveria empenhar-se em reunir.

301 – O pensamento naval no século XIX

Com a chegada do vapor, o problema fundamental torna-se o manuseio deste instrumento radicalmente novo que se liberta da antiquíssima restrição dos ventos⁵⁹. Certos autores não se interessam senão pelos movimentos: Cordes, Gueydon, Pagel, Lewal... na França, os comandantes Ross (*A Treatise on Navigation by Steam*, 1837) e Pellew (*Iron Eased Ships*, 1861; tradução francesa 1867) na Grã-Bretanha... Castex os reuniu sob o nome de Escola Cinemática⁶⁰. Os outros tentam definir, ao mesmo tempo, ordens de deslocamento e de combate, segundo os dispositivos mais variados: em linha, em triângulo, em círculo, em quadrado, em losango, em quincônico... É a escola militar de Touchard, Bouët-Villaumez (*Batailles de terre et de mer*, 1855; *Tactique Supplémentaire à l'usage d'une flotte cuirassée*, 1864), Jurien de La Gravière (*Considérations générales sur la tactique navale*, 1870), Penhoat (*Éléments de tactique navale*, 1879)... na França⁶¹, George Biddlecombe (*Naval Tactics and Sailing Trials*, 1850), Howard Douglas (*Naval Warfare with Steam*, 1857; tradução francesa 1862, russa)... na Grã-Bretanha, o almirante Boutakoff (*Novye osnovaniia parokhodnoi taktiki, novas bases de tática naval para os navios a vapor*, 1863; tradução francesa 1864) na Rússia...

A estratégia não é muito abordada, e quando o é, ela é vista somente pela via da técnica. A França, superada pela Grã-Bretanha, busca na inovação, na surpresa técnica, o meio de anular a superioridade britânica, desclassificando de um golpe sua imensa frota de navios a vela: é o sentido da *Nouvelle Force maritime* (1822; tradução holandesa 1825) do general Paixhans, da “Note sur l'état des forces navales de la France” (1844) do Príncipe de Joinville, que prefigura a Jeune École. Raros são aqueles que, como o francês Jean Grivel (*Considérations navales*, 1832)⁶², elevam-se a uma visão global; esta só aparece verdadeiramente nos anos 1860 com o britânico John Colomb (*The Protection of our Commerce Considered*, 1867)⁶³ e o francês Richild Grivel, filho do precedente (*De la guerre maritime*, 1869)⁶⁴.

O desenvolvimento será em seguida bastante rápido. John Laughton lança as bases de uma história naval científica que vai fornecer à abordagem histórica materiais confiáveis (“The Scientific Study of Naval History”, 1874, retomado nos *Studies in Naval History*, 1887)⁶⁵. Escolas de guerra naval se criam, com bastante retardo em relação às homólogas terrestres: a primeira é a Marine-Akademie alemã (1872), seguida pelo Naval War College americano (1884). Na França, a École supérieure de guerre de la Marine só será constituída no fim do século (1896). As revistas (*Morskoi Sbornik*, 1848; *Revue maritime*, 1866; *Rivista marittima*, 1868; *Anais do clube militar naval*, 1871; *Naval Institute Proceedings*, 1874; *Revista general de la marina*, 1877...) não tratam de início senão de técnica, raramente de tática; elas só se abrem à estratégia a partir dos anos 1890*. Os pioneiros do ensino da estratégia marítima, como o comandante Stenzel na Alemanha⁶⁶, devem partir do nada. Somente nos anos 1880 se constituem as escolas cujo confrontamento vai ritmar toda a evolução do pensamento naval contemporâneo.

⁵⁹ Este pensamento do séc. XIX, por longo tempo negligenciado, acaba de ser soberbamente realçado por Michel Depeyre, *Entre vent et eau. Un siècle d'hésitations stratégiques et tactiques*, Paris, CFHM-ISC-Économica, Bibliothèque stratégique, 2003.

⁶⁰ Almirante Castex, *La Liaison des armes sur mer*, Paris, CFHM-Économica, 1991, p. 173.

⁶¹ Étienne Taillemite, “Bouët-Villaumez et Penhoat”, em *L'Évolution de la pensée navale VII*.

⁶² As *Considérations navales en réponse à la brochure de M. de Pradt* são reeditadas em *L'Évolution de la pensée navale*.

⁶³ Donald M. Schurman, *The Education of a Navy. The Development of a British Naval Strategic Thought 1867-1914*, Londres, Cassel, 1965 e Michel Depeyre, “John Colomb le fondateur”, em *L'Évolution de la pensée navale VIII*.

⁶⁴ Etienne Taillemite, “L'amiral Richild Grivel, théoricien méconnu de la guerre maritime”, em *L'Évolution de la pensée navale II*.

⁶⁵ Andrew Lambert, *The Foundation of Naval History. John Knox Laughton, the Royal Navy and the Historical Profession*, Londres, Chatham Publishing, 1998.

* O volume 1 da Revista Marítima Brasileira data de 1851, sendo, portanto, a segunda no mundo a ser criada. (N. do Tradutor).

⁶⁶ Rolf Hobson, *The German School of Naval Thought and the Origins of the Tirpitz Plan 1875-1900*, Oslo, Institutt for forsvarsstudier, 1986.

SUBSEÇÃO IV – O PENSAMENTO NAVAL CONTEMPORÂNEO

302 – Mahan

A escola do domínio do mar se encarna na figura emblemática do Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914)⁶⁷. Seu livro *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783* (1890), extraído de seu curso na Escola de Guerra Naval de Newport, vai conhecer um sucesso imediato, universal e durável⁶⁸: ele terá mais de 50 edições, será traduzido em sete línguas (tradução russa 1895, alemã 1896, japonesa 1896, francesa 1899, espanhola 1900, sueca 1899-1900, italiana 1994) e ofuscará a obra de seu concorrente britânico, Philip Colomb (*Naval Warfare*, 1891; tradução sueca 1892)⁶⁹, livro denso e difícil de ler⁷⁰, cuja principal contribuição é a teorização da *fleet in being*, idéia que suscitará controvérsias inesgotáveis (infra nº 334). Mahan desenvolverá em seguida suas teorias em várias obras, notadamente *The Influence of Sea Power Upon the French Revolution and Empire* (1892; traduções russa 1897, alemã 1898, japonesa 1900), *The Life of Nelson* (1897; traduções japonesa 1906, sueca 1913) e um ensaio de síntese que ele próprio considerará que faltava: *Naval Strategy* (1911; traduções francesa 1923, japonesa 1932, chinesa 1945, italiana em curso).

Ao afirmar a superioridade dos impérios marítimos sobre os impérios continentais, Mahan fornece uma base histórica ao “navalismo”, este elemento essencial do grande movimento de expansão que caracteriza as principais potências europeias da *Belle Époque* e que se denomina, segundo os países, imperialismo, pangermanismo, pan-eslavismo⁷¹. Ele é, por outro lado, o analista frequentemente reflexivo, em vários ensaios (notadamente *The Interest of America in Sea Power*, 1897; traduções japonesa 1899, francesa 1903, italiana 1904, alemã 1909. *The Problem of Asia*, 1900) menos conhecidos que suas grandes composições históricas. Especialmente, ao proclamar a necessidade de obter o domínio do mar pela busca da batalha decisiva, ele oferece uma base doutrinária segura e coerente às marinhas que estavam até então desprovidas dessa base⁷². Sua obra, dispersa entre uma vintena de livros e numerosos artigos, é volumosa. Ela está sujeita à crítica pela falta de rigor na definição dos conceitos e no tratamento dos dados históricos, assim como pela insuficiente consideração do progresso técnico (ele se volta em princípio para a marinha a vela⁷³) mas, e isso é que explica seu sucesso, ele se destaca por um incontestável poder de expressão a serviço de idéias-força fáceis de assimilar e afirmadas de maneira peremptória⁷⁴.

Discípulo de Jomini, Mahan proclama a existência de princípios universalmente válidos: a ofensiva, a concentração, a economia de forças em vista da batalha decisiva⁷⁵. Pela primeira vez com tal força, a estratégia naval é integrada numa estratégia geral que não é mais limitada à condução da guerra, com a idéia de estratégia em tempo de paz. Seu conceito central, o poder marítimo (*sea power*), torna-se o ponto de ligação de gerações de marinheiros⁷⁶. Nenhum autor naval terá uma influência comparável, que perdura ainda atualmente, através das transformações do século XX, mesmo que ele seja com mais freqüência citado do que seriamente estudado.

⁶⁷ Biografia devota em W.D. Puleston, *Mahan*, New Haven, Yale University Press, 1939; biografia crítica, senão hostil, em Robert Seager II, *Alfred Thayer Mahan, The Man and his Letters*, Annapolis, Naval Institute Press, 1977.

⁶⁸ Cf. John B. Hattendorf (ed.), *The Influence of History on Mahan*, Newport, Naval War College Press, 1991, a completar por Martin Motte, “L’Influence de Mahan sur la marine française”, em *L’Évolution de la pensée navale IV*.

⁶⁹ Esta tradução terá três edições de 1892 a 1903. Lars Wedin, “D’une marine forteresse vers une marine de haute mer. La transformation de la marine suédoise 1895-1910”, em *L’Évolution de la pensée navale VI*.

⁷⁰ Após a terceira edição surgida em 1899, foi preciso esperar até 1990 para ver uma nova edição na série dos *Classics of Sea Power* com uma introdução de Barry Gough.

⁷¹ Jean-Marie Ruiz, “Idéologie et tradition chez Mahan”, em *L’Évolution de la pensée navale VII*.

⁷² William E. Livezey, *Mahan on Sea Power*, Norman, University of Oklahoma Press, 1980.

⁷³ Este é o sentido da crítica muito dura de Craig Symonds, “Alfred Thayer Mahan”, em Geoffrey Till, *Maritime Strategy and the Nuclear Age*, Londres, Macmillan, 1982.

⁷⁴ Herbert Rosinski, *Commentaire de Mahan*, é a análise mais penetrante.

⁷⁵ Bruno Colson, “Jomini, Mahan et les origines de la stratégie maritime américaine”, em *L’Évolution de la pensée navale*.

⁷⁶ Bruno Colson, “Histoire et stratégie dans la pensée navale américaine”, em *L’Évolution de la pensée navale II*.

303 – A Jeune École

Ao contrário de Mahan, o almirante Aube suscita, nos anos 1870, uma corrente que qualificará a si própria de Jeune École⁷⁷. Contra o dogmatismo da escola histórica, ele fundamenta sua análise (*La guerre maritime et les ports français*, 1882; tradução italiana 1882; *De la Guerre navale*, 1885) sobre o caráter mutante do contexto internacional e sobretudo dos instrumentos disponíveis. Aube estima que os ensinamentos das grandes batalhas do passado tornaram-se caducos pelo aparecimento de novos meios como a mina e o torpedo, que funcionam como equalizadores de poder. Ele propõe tirar partido disso no contexto de estratégias nacionais adaptadas a cada país e a cada situação. Para a França, que não pode rivalizar com a potência marítima britânica, ele sugere recorrer à guerra costeira, com o uso de torpedeiros, para impedir a repetição dos bloqueios cerrados do passado, e à guerra de cruzadores, para obrigar a frota britânica a defender seu tráfego e, desse modo, dispersar suas forças, de maneira a obter uma redução do corpo de batalha britânico, o que tornaria concebível uma batalha em linha.

Seus sucessores, notadamente o jornalista Gabriel Charmes e o Comandante Z e Henri Montéchant (*Les guerres navales de demain*, 1891. *Essai de stratégie navale*, 1893) darão a suas idéias uma aparência dogmática, ainda agravada por escolhas técnicas defeituosas, pelas quais o próprio Aube é parcialmente responsável, por ocasião de sua breve passagem no comando do Ministério da Marinha, em 1886 (torpedeiros muito pequenos, incapazes de navegar em alto mar). As teses mais moderadas do almirante Bourgois (*Les torpilleurs*, 1888) e do almirante Fournier (*La marine nécessaire*, 1899) não poderão prevalecer contra esta tendência. Disso resultarão erros que desacreditarão a Jeune École de maneira duradoura, embora a idéia inicial esteja longe de ser absurda.

A Jeune École terá uma grande repercussão internacional, por exemplo na Áustria⁷⁸, no Japão⁷⁹ ou na Itália⁸⁰. A guerra costeira suscitará mesmo concorrentes na Grã-Bretanha, com a *brick and mortar school*. A guerra ao comércio é preconizada pela *cruiser school* na Grã-Bretanha, pelo vice-almirante Valois (*Seemacht, Seegeltung, Seeherrschaft*, 1899) na Alemanha⁸¹. Ela ressurgirá periodicamente, retomada com infinitas variações pelos campeões da guerra submarina, depois da guerra aérea.

304 – O desenvolvimento do pensamento naval

Os anos precedentes a 1914 marcam o apogeu do pensamento naval. A escola histórica triunfa por todo lado após a guerra russo-japonesa, concluída pela grande batalha de Tsushima (1905). A ideologia da ofensiva atinge igualmente a doutrina naval que sonha com um novo Trafalgar e negligencia o problema das comunicações marítimas. A influência de Mahan é substituída por uma pléiade de autores: os franceses René Daveluy (*Étude sur la stratégie navale*, 1905) e Gabriel Darrieus (*La guerre sur mer*, 1907; traduções inglesa 1908, sueca 1911)⁸²; o russo Nicolas Klado (numa obra abundante, *Sovremennaya morskaia voyna, a guerra*

⁷⁷ A Jeune École deu lugar a uma abundante literatura, no momento dominada por Martin Motte, *Une Éducation géostratégique. La pensée navale française de 1890 à 1918*, CFHM-ISC-Économica, Bibliothèque stratégique, 2003. Ler também Philippe Ausseur, “La Jeune École”, em *Marine et technique au XIX siècle*, Vincennes, SHM-IHCC, 1988 e Rémi Monaque, “L’amiral Aube, ses idées, son action”.

⁷⁸ Olivier Chaline e Nicolas Vannieuwenhuyze, “La pensée navale autrichienne 1885-1914. Première approche”, em *L’Évolution de la pensée navale VI*.

⁷⁹ Mark Peattie e David Evans, *Kaigun. Strategy, Tactics and Technology in the Imperial Japanese Navy*, p. 15.

⁸⁰ Ezio Ferrante, “The Impact of the Jeune École on the way of Thinking of the Italian Navy”, em *Marine et technique au XIX^e siècle*.

⁸¹ François-Emmanuel Brézet, “La pensée navale allemande des origines à 1914”, em *L’Évolution de la pensée navale*.

⁸² Henri Darrieus e Bernard Estival, *L’Amiral Darrieus et la guerre sur mer*, Vincennes, Service historique de la Marine, 1995.

naval, 1905; *Etudakh po strategii*, 1914); os italianos Domenico Bonamico⁸³ (*Mahan e Callwell*, 1897-1899) e Giovanni Secchi (*Elementi di arte militare marittima*, 1903)⁸⁴, o holandês G.J.W. Putman Cramer (*Inleiding tot de maritieme strategie en zeetactiek*, 1913), o português Botelho de Sousa, os japoneses Akyiama Sanejuki⁸⁵ e Sato Tatsutaro⁸⁶. As correntes alternativas são desacreditadas (a Jeune École não é mais que uma sobrevivente após 1906) ou reduzidas ao silêncio (Tirpitz obtém de Guilherme II o compromisso de que todas as publicações dos marinheiros sejam submetidas à sua aprovação).

Ao mesmo tempo, começam a aparecer teorias críticas que propõem uma visão menos unilateral da guerra naval. Fred Jane, fundador de um anuário naval que se tornará a referência universal, publica uma crítica do mahanismo com o título expressivo de *Heresies of Sea Power* (1906)⁸⁷. O Almirante Cyprian Bridge (*The Art of Naval Warfare*, 1907; tradução sueca 1911) desenha um esquema convencional, porém mais completo do que aquele de Mahan.

O maior desses autores críticos é o inglês Julian S. Corbett que colabora com a obra de reforma empreendida por Sir John Fisher, Primeiro Lord Naval de 1904 a 1910, na condição de propagandista quase-oficial do Almirantado e professor do War Course. Em *Some Principles of Maritime Strategy* (1911; resumo japonês 1924, traduções espanhola 1936, alemã, 1939, chinesa 1958, francesa não-publicada 1918, revisada 1932, publicada 1993, italiana 1995), ele explica que a batalha não é um fim em si mesma, que as batalhas decisivas têm sido muito raras na história, que o domínio do mar não é nada além do que o controle das comunicações marítimas, daí a importância da sua proteção. Esta primeira transposição à estratégia marítima dos ensinamentos de Clausewitz permanecerá amplamente incompreendida em função da sua complexidade⁸⁸.

Os autores voltam sua atenção para as operações combinadas. Charles E. Callwell, rapidamente eclipsado por Mahan e Mackinder, merece ser considerado como um dos fundadores da geoestratégia, com *The Effect of Maritime Command on Land Campaigns since Waterloo* (1897; traduções italiana 1898, sueca 1902) e *Military Operations and Maritime Preponderance: Their Relations and Interdependence* (1905)⁸⁹. Um oficial alemão, Freiherr von Edelsheim, imagina um desembarque nos Estados Unidos (*Operationem über See*, 1901): seu irrealismo total não impede que ele seja levado muito a sério dos dois lados do Atlântico, onde os Almirantados estudam tais planos. O Brigadeiro-General dos Royal Marines George Aston publica as *Letters on Amphibious Wars* (1911), nas quais o estudo de experiências recentes, da guerra civil chilena (1891) à guerra russo-japonesa (1904-1905), serve de suporte a reflexões generalizadas. Três anos mais tarde (bizarramente, ele tornou-se coronel no meio-tempo), ele aumenta e sistematiza seu propósito num livro cujo título é marcante: *Sea, Land and Air Strategy* (1914).

305 – O pensamento naval no período entre-guerras

A Primeira Guerra mundial decepcionará a expectativa dos Estados-Maiores. As frotas encouraçadas não se encontrarão mais do que uma única vez na Jutlândia (1916) e o problema central, que ninguém havia previsto, é a proteção do tráfego contra o perigo submarino. Daí resulta, no imediato após-guerra, uma grave crise, marcada pelo retorno das tendências Jeune École e a ausência de uma linha doutrinária clara⁹⁰.

⁸³ Seus escritos foram soberbamente editados por Ferruccio Botti: Domenico Bonamico, *Scritti sul potere marittimo (1894-1905)*. Roma, Ufficio storico della marina militare, 1998.

⁸⁴ Ezio Ferrante, “La pensée navale italienne de Lissa à la Grande Guerre”, em *L’Évolution de la pensée navale III*.

⁸⁵ Mark Peattie, “Akyiama Sanejuki and the Emergence of Modern Japanese Naval Doctrine”, *US Naval Institute Proceedings*, Janeiro de 1977.

⁸⁶ Mark Peattie e David Evans, “Sato Tatsutarô et les contradictions de la stratégie navale japonaise”, em *L’Évolution de la pensée navale V*.

⁸⁷ Richard Brooks, *Fred T. Jane. An Eccentric Visionary*, Coulson, 1997.

⁸⁸ Julian S. Corbett, *Principes de stratégie maritime*, Paris, FEDN-Économica, Bibliothèque stratégique, 1993, com uma apresentação sobre “Corbett et la philosophie de la guerre navale”.

⁸⁹ Reeditado nos “Classics of Sea Power” com um prefácio de Colin S. Gray, Annapolis, Naval Institute Press, 1996.

⁹⁰ Martin Motte, “L’après-guerre dans la *Revue maritime*”, em *L’Évolution de la pensée navale VI*.

No dia seguinte após a guerra, o problema essencial é evidentemente o da condução das operações navais durante a Grande Guerra. Por todos os lados, o debate toma um aspecto polêmico: entre o Almirante Sims e o Secretário da Marinha Daniels nos Estados Unidos, entre partidários de Jellicoe e de Beatty na Grã-Bretanha, entre Daveluy (*Les enseignements maritimes de la guerre anti-germanique*, 1919) e a hierarquia na França... A controvérsia é, *défaite oblige* (a derrota obriga), particularmente ácida na Alemanha: Tirpitz e o Almirante Scheer publicam argumentos em forma de Memórias, enquanto que o Almirante Valois, velho adversário de Tirpitz, lança-se a um ataque em regra. Os desdobramentos deste debate⁹¹ aparecerão ainda no grande livro do Capitão-de-Mar-e-Guerra (brevemente Almirante) Otto Groos, *Seekriegslehrer im Lichte des Weltkriegs* (1929)⁹²: Groos, que sofreu a influência das teorias de Corbett, é muito consciente do caráter insuficiente da pesquisa sobre a batalha decisiva; ao mesmo tempo, ele não deseja escrever nada que possa parecer uma crítica ao Almirante Tirpitz, que prefaciou sua obra. Daí as ambigüidades que maculam constantemente seu livro, e que estão na origem de julgamentos bastante contraditórios: para Castex, ele não é mais do que uma pálida imitação de Corbett⁹³, enquanto que um comentarista recente vê nele uma mistura de Wegener e Castex⁹⁴.

Nos anos 30, a crise se resolve pelo retorno à ortodoxia, que será levada ao ponto em que uma corrente britânica, conduzida pelo Almirante Custance e Lord Sydenham of Combe, chamar-se-á a si mesma de “Escola da ofensiva ao excesso”. A inovação técnica se efetua lentamente, os encouraçados continuam a ser a espinha dorsal das frotas, os porta-aviões são limitados a um papel auxiliar, o perigo aéreo é desvalorizado, em nome da dificuldade de atingir um navio em movimento, assim como o perigo submarino, suposto neutralizado pelo progresso da luta anti-submarina. Estes postulados são partilhados pela quase totalidade dos autores, os britânicos Herbert Richmond, autor de uma farta obra (notadamente *Sea Power in the Modern World*, 1934)⁹⁵, e Russel Grenfell (*The Art of the Admiral*, 1937), os italianos Romeo Bernotti (*La Guerra marittima*, 1923) e Giuseppe Fioravanzo (*La Guerra sul mare e la guerra integrale*, 1931)⁹⁶, e, sobretudo o francês Raoul Castex⁹⁷, cujos cinco volumes das *Théories stratégiques* (1929-1935)⁹⁸ constituem o mais amplo tratado de estratégia marítima jamais escrito.

O Almirante Castex terá uma grande projeção internacional⁹⁹: a despeito de seu volume, as *Théories stratégiques* são traduzidas integralmente em japonês (1933-1937) e em espanhol (1938-1942), parcialmente em inglês (pelo Office of Naval Intelligence da US Navy), em servocroata (1940), em russo (1940), em italiano (1999), resumidos em alemão por Herbert Rosinski (1937); elas inspiram fortemente o italiano Oscar di Giamberardino, o mais lido dos autores navais nos anos 40 (*Arte di guerra sul mare*, 1937, é traduzido em francês 1939, em português 1939, em espanhol 1940, em turco 1942, parcialmente em inglês 1938-1939 e em sueco 1939), o espanhol Luís Carrero Blanco (*España y el mar*, 1942) e o sueco Daniel Landquist (*Nagra av sjöstrategiens grunder*, algumas bases da estratégia naval, 1935)¹⁰⁰. Mas esta audiência

⁹¹ Bem apresentado em Keith W. Bird, “The Origins and Role of German Naval History in the Inter-War Period 1918-1939”, *Naval War College Review*, março-abril de 1970.

⁹² François-Emmanuel Brézet, “Otto Groos et Kurt Assmann”, em *L'Évolution de la pensée navale VI*.

⁹³ Almirante Castex, *Théories stratégiques*, I, p. 61.

⁹⁴ Holger H. Herwig, introdução à tradução inglesa de Wegener, *The Naval Strategy of the World War*, Annapolis, Naval Institute Presse, Classics of Sea Power, 1989, p. XXXVIII.

⁹⁵ Richmond foi beneficiário de uma excelente biografia: Barry D. Hunt, *Sailor and Scholar: Admiral Sir Herbert Richmond 1871-1946*, Waterloo (Ontário), Wilfrid Laurier University Press, 1982. Porém, nada de comentário sistemático.

⁹⁶ Ezio Ferrante, “La pensée navale italienne entre les deux guerres”, em *L'Évolution de la pensée navale VI*.

⁹⁷ Hervé Coutau-Bégarie, *Castex, le stratège inconnu*, Paris, Économica, 1985.

⁹⁸ Aos quais se reúnem os *Mélanges stratégiques*, 1976. Reedição em sete volumes com complementos inéditos, Paris, ISC-Économica, Bibliothèque stratégique, 1997.

⁹⁹ A imagem de um estrategista desconhecido que eu propus em 1985 é falsa.

¹⁰⁰ Lars Wedin, “Stratégie et politique navales en Suède dans l'entre-deux-guerres. La synthèse de Daniel Lindquist”, em *L'Évolution de la pensée navale IV*.

permanece ambígua, contrariada pelo desencadeamento da Segunda Guerra mundial e, sobretudo, a adesão de imediato à doutrina do domínio do mar ocultará amplamente a complexidade e a riqueza da análise “castexiana” (infra nº 330).

Às vésperas da guerra, a restauração do primado das frotas de linha oculta as novas dimensões da guerra naval. A reflexão sobre os desembarques, conduzidas no âmbito do Marine Corps americano¹⁰¹ permanece confidencial. A visão prospectiva do Capitão-Tenente Barjot sobre os porta-aviões não atingem a hierarquia. O livro capital do Capitão-de-Mar-e-Guerra Doenitz (*Die U-Boote Waffe*, 1939) passa praticamente despercebido. Ele contém uma formulação muito explícita da tática das matilhas que será colocada em ação durante a batalha do Atlântico. Ninguém, ou quase, presta atenção a isso, o perigo submarino estando então unanimemente subavaliado¹⁰². Mesmo a Rússia soviética repudia as tendências Jeune École encarnadas por A. Aleksandrov, I. Isakov e V. Belli (instrutores do Colégio de Guerra Naval e autores de um livro sobre as operações de submarinos *Operatsii podvodnykh lodok*, 1933) que havia suplantado, ao fim dos anos 1920, a Vieille École conduzida por Boris Gervais e Mikhaïl Petrov, para se lançar, por instigação de Stalin em pessoa, num projeto megalômano de criação de uma frota oceânica: os defensores das teses “défaitistes” (derrotistas) da Jeune École são liquidados, como aqueles da Vieille École o haviam sido antes deles¹⁰³.

306 – O pensamento naval durante a Segunda Guerra mundial

A Segunda Guerra mundial não interrompe o debate, mesmo na Alemanha onde o Almirante Assmann continua a publicar suas crônicas no *Nauticus*. Na Grã-Bretanha, o Comandante Russel Grenfell torna-se T124 para publicar *Sea Power* (1940), livro lúcido e perspicaz a despeito de ser profundo. Brian Tunstall, historiador prolíxo e genro de Corbett, propõe um primeiro balanço da *World War at Sea* (1942), que se destaca por uma apreciação lúcida do impacto do avião, prolongada em *Ocean Power Wins* (1944).

Os anos 40 são marcados pela difusão do pensamento naval americano, dominado por um paradigma único, o do mahанизmo triunfante. Bernard Brodie, o autor mais importante do período, apresenta sua obra como uma simples atualização das teorias de Mahan¹⁰⁴, o que é exagerado, pois *Sea Power in the Machine Age* (1941) e *A Guide to Naval Strategy* (1943; tradução francesa 1947) revelam um estrategista naval de uma real originalidade, e afastando-se, frequentemente sem muito o confessar, da estrita ortodoxia tal como ela pode ser encarnada pelo comandante Puleston, autor de uma biografia devota do mestre e de um ensaio sobre *The Sea Power in the World War 2* (1947; tradução francesa 1949), ortodoxo até ao servilismo. É preciso distinguir entre um mahанизmo dogmático e um mahанизmo evolutivo. Este último é representado, além de Brodie, por Herbert Rosinski, que esboçará, numa série de artigos surgidos entre 1939 e 1947, uma síntese de Mahan, de Corbett e de Castex (*The Development of Naval Thought*, 1977; tradução francesa 2006). Suas análises, muito ricas, mas fragmentadas, passarão despercebidas.

307 – O declínio do pensamento naval

Após 1945, assiste-se a uma crise da estratégia naval teórica: Bernard Brodie abandona o setor naval para se consagrar a partir de então à estratégia nuclear. A literatura permanece

¹⁰¹ Kenneth Clifford, *Amphibious Warfare Development in Britain and America 1920-1940*, Laurens (NY), Edgewood, 1983. As operações combinadas suscitam uma literatura bastante abundante, ao que parece, mas cujo recenseamento falta ser feito. Designamos, como exemplo, um ensaio espanhol: Julian Sanchez de Erostabar, *Apuntes de estratégia naval. Operaciones combinadas*, 1935.

¹⁰² Cf. Arthur J. Marder, *From the Dardanelles to Oran*, Oxford, Oxford University Press, 1974, pp. 39-42.

¹⁰³ Cf. Robert Waring Herrick, *Soviet Naval Theory and Policy*, Newport, Naval War College Press, 1988 (história do pensamento naval russo de 1917 a 1956, admiravelmente preciso, apesar da dificuldade do acesso às fontes).

¹⁰⁴ Bernard Brodie, *La Guerre nucléaire*, p. 10.

abundante, mas tratam-se de análises, geralmente parciais, e não teorias verdadeiramente originais. As sínteses são raras e de qualidade média: nos anos 50, a obra mais notável é a quarta edição do *Guide to Naval Strategy* (1958) de Brodie, que não é mais do que uma atualização de um livro surgido há quinze anos. *Sea Power in the Nuclear Age* (1961) de Antony Sokol, apesar de seu título, analisa, sobretudo, as operações da Primeira Guerra mundial. Ao contrário, Laurence Martin pronuncia uma condenação definitiva do método histórico e adota uma abordagem realista (*The Sea in Modern Strategy*, 1967). A França (Vice-Almirante Barjot, *Vers la marine de l'âge atomique*, 1954; traduções sueca 1956, espanhola 1957. Contra-Almirante de Belot, *La mer dans un conflit futur*, 1958; tradução espanhola 1962. Capitão-de-Mar-e-Guerra Sanguinetti, *Atome et batailles sur mer*, 1965) e a Alemanha (Friedrich Ruge, *Seemacht und Sicherheit*, 1966; tradução francesa 1969) são representados por ensaios de ambição mais limitada.

A partir dos anos 70, as novas dimensões da estratégica marítima são analisadas pelo Almirante Stansfield Turner nos Estados Unidos, o Almirante Marcel Duval na França, Geoffrey Till (*Maritime Strategy and the Nuclear Age*, 1982) e Eric Grove (*The Future of Sea Power*, 1990) na Grã-Bretanha. Os escritos do Almirante Gorchkov, chefe da frota soviética durante trinta anos (*La Puissance maritime de l'État*, 1976; traduções inglesa 1979, alemã 1979) são amplificados pelos americanos com um propósito evidente: engrandecer a ameaça para valorizar a marinha americana, mas seu valor teórico é bem pequeno. A diplomacia naval suscita numerosos trabalhos (Edward Luttwak, *The Political Uses of Sea Power*, 1974; Ken Booth, *Navies and Foreign Policy*, 1976), dominados pela obra magistral de sir James Cable (*Gunboat Diplomacy*, 1971, 1979, 1994; *Navies in Violent Peace*, 1989; *The Political Influence of Naval Force in History*, 1998). Porém, não há mais grandes sínteses estratégicas comparáveis aos “clássicos”, de Mahan a Castex, embora as pesquisas dos historiadores navais e as alterações técnicas e políticas fundamentais incitem a um reexame dos princípios elaborados por eles. Este declínio relativo da teoria é bastante paradoxal, pois após as incertezas consecutivas ao surgimento da bomba atômica, o papel das frotas na estratégia geral não cessou de se reforçar.

SEÇÃO II – EPISTEMOLOGIA DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA TEÓRICA

SUBSEÇÃO I – CARACTERÍSTICAS DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA TEÓRICA

308 – Uma história a descobrir

Este histórico é naturalmente insuficiente. Muitos autores permanecem desconhecidos ou ignorados. Como os táticos do séc. XIX não se interessavam pela estratégia, os autores do séc. XX concluíram que não havia nenhuma reflexão estratégica antes do fim do séc. XIX¹⁰⁵. Mas, a separação entre a reflexão tática e a reflexão estratégica não deve forçosamente levá-los a concluir que esta não existe. Simplesmente, é preciso buscá-la alhures. Se os *Annales maritimes* não deixam nada para a estratégia, não acontece o mesmo com a *Revue des deux mondes* de 1841 a 1871, o publicista Louis Reybaud deixa aí uma série de artigos perspicazes sobre o problema naval francês. Mesmo que sua contribuição não tenha sido a maior, não foi também por outro lado insignificante. E ele não foi o único de sua espécie. Sem falar do eterno problema lingüístico que reenvia ao nada um grande número de escolas e de autores:

¹⁰⁵ Por exemplo, o Almirante Castex, *Théories stratégiques*, I, pp. 27-28.

o caso espanhol é particularmente claro a esse respeito. Mesmo os teóricos mais célebres não estão ao abrigo de contra-sensos graves. Corbett é com freqüência visto como um historiador, Castex como um continuador de Mahan, imagens muito redutoras. Estudos monográficos são indispensáveis antes de sonhar em tentar uma primeira síntese.

Por outro lado, nós somos muito mal informados sobre a consideração da teoria na formulação das doutrinas. Ela parece ter sido, com freqüência, muito fraca, a técnica sendo, quase sempre, o fator dominante. Mahan permanece, sob este ponto de vista, uma exceção, e mesmo sua excepcional celebridade não está isenta de ambigüidades: ele tem sido com freqüência utilizado para justificar decisões que teriam sido tomadas sem ele e sua influência concreta é difícil de estabelecer, sobretudo após 1905, quando a defasagem entre seu conservadorismo e os novos instrumentos do poder naval se tornou patente. Entretanto, já é possível tirar algumas conclusões provisórias. A reflexão estratégica marítima se caracteriza por três características essenciais.

309 – A escassez da estratégia marítima teórica

Diferentemente do pensamento estratégico geral (ou terrestre), o pensamento estratégico naval é quase o apanágio de um local (o mundo ocidental) e de uma época (o período contemporâneo). A contribuição da Antiguidade é quase nula, como já o constatara o imperador bizantino Leon a propósito da tática¹⁰⁶. A contribuição do extremo-oriente não é maior. Não que essas civilizações não tenham reconhecido a dimensão marítima da estratégia, mas elas não a teorizaram. Na Europa, a reflexão, na época moderna, é essencialmente tática.

O pensamento estratégico naval só se constitui verdadeiramente nos anos 1880 e torna-se desvanecido nos anos 1940. Pode-se datar muito precisamente os primeiros verdadeiros ensaios de estratégia marítima, que surgem quase simultaneamente em vários países. Os pioneiros são o britânico (John Colomb, 1867) e o francês (Richild Grivel, 1869). As obras maiores se sucedem a partir de meados da década de 1880 e, lá ainda, quase simultaneamente em vários países: citamos, naturalmente, em absoluto primeiro lugar, *The Influence of Sea Power upon History* (1890) que vale a Mahan uma glória universal desde seu aparecimento. Mas essa referência obrigatória resulta de uma dupla deformação: por um lado, o que Lucien Poirier chamou de “syndrome de Polybios”, isto é, a fascinação pela potência imperial: em estratégia mais do que em outros campos, e em estratégia marítima mais do que na estratégia terrestre (onde o modelo alemão permanece uma referência), pensa-se em função da experiência americana que ofusca todas as outras. É assim que o Almirante Philip Colomb passa ao segundo plano e que seu *Naval Warfare* só é conhecido de alguns iniciados, para não falar do austriaco Attlmayr (*Seekrieg und Seetaktik*, 1871), um dos primeiros a tentar uma abordagem global da guerra naval, ou do espanhol Eugenio Montejo y Rapallo que é totalmente desconhecido (mesmo em seu próprio país), ninguém se dignando a se interessar pelo seu *Ensayo de estratégia naval* (1892), que, apesar disso, está longe de ser desprovido de valor.

Mas, sobretudo, esta referência mahaniana universal traduz a inevitável tendência de reter apenas a concepção vitoriosa: ao mesmo tempo em que Mahan e outros lançavam as bases de uma estratégia marítima teórica fundamentada no método histórico, uma escola essencialmente francesa, conduzida por um estrategista de grande valor que foi em seguida caricaturado, o Almirante Aube, lançava os fundamentos de uma estratégia marítima partindo do estado da técnica. Assim apareciam em concorrência os dois paradigmas em torno dos quais iria se estruturar, essencialmente, o pensamento naval.

O ponto de chegada desse pensamento se situa, já dissemos, após a Segunda Guerra mundial. Podemos reter, como data de transição, o aparecimento do último artigo marítimo

¹⁰⁶ “Falta falar dos combates no mar, sobre o que nós não vemos nada escrito pelos antigos Táticos. O que se encontra disperso, aqui e ali, é atualmente de uma utilidade medíocre. Os conhecimentos que nós temos vêm de nossos generais que os têm transmitido de uns aos outros”. Léon le Philosophe, *Institutions militaires*, Paris, Chez C.A. Jombert, 1771, II, p. 135.

de Rosinski, em 1947. 1687-1947: o essencial da história da estratégia marítima teórica “aberta” mantém durante 80 anos, ao longo dos quais ela jamais deixou de ser retalhada por um verdadeiro *Methodenstreit*, um conflito dos métodos, ao qual voltaremos mais a diante.

310 – A fragilidade epistemológica da estratégia marítima teórica

Este problema metodológico foi raramente percebido. A estratégia marítima teórica tem sempre tido um nível epistemológico muito frágil e podemos contar os autores que tiveram consciência da dimensão epistemológica das controvérsias em torno deste ou daquele tipo de arma ou de doutrina. Somente Herbert Rosinski, que tinha uma sólida formação filosófica, conceituou verdadeiramente a estratégia marítima em uma série de artigos ardentes que infelizmente não foram seguidos pelo grande livro que era anunciado. Além dele, Corbett é o que melhor sentiu esta necessidade de abstração que Castex experimentou, repetidamente, sem aceitar sucumbir verdadeiramente a ela. Mahan, o grande Mahan, não é mais do que um teórico mediocre e é necessário extraír suas idéias gerais de uma acumulação histórica de um valor freqüentemente discutível. Não chega a ser surpreendente que ele tenha se apoiado em Jomini, em vez de Clausewitz: ele criou, e seus sucessores criaram depois dele, uma estratégia operacional mais do que uma estratégia teórica, que foi esboçada várias vezes sem jamais ser pensada como tal (à exceção de Corbett e de Rosinski).

311. O retardo da estratégia marítima teórica sobre a prática

Não é surpreendente, nessas condições, que a estratégia marítima teórica tenha estado sempre em retardado sobre a prática e que ela tenha, de maneira por vezes caricatural, teorizado com uma guerra de retardado. Às vésperas da Primeira Guerra mundial, a escola triunfante do canhão não concede nenhum crédito às advertências de alguns espíritos clarividentes a propósito do risco submarino. Na véspera da Segunda, os partidários do porta-aviões não são mais do que uma pequena minoria, e a maior parte deles não ousa visualizar que o porta-aviões vai substituir o encouraçado como *navio capital*. Após os ensinamentos muito claros do conflito, os espíritos mais penetrantes dessa época (á incluídos Castex e Rosinski) levarão vários anos para compreender verdadeiramente a revolução que se operou. Em 1947, o Almirantado britânico solicita ainda a conservação de oito encouraçados¹⁰⁷, e Castex esboçará, num de seus últimos artigos, uma defesa do encouraçado¹⁰⁸. Claro, neste caso, podemos culpar o problema de geração, mas esse estava longe de ser o único. E, quando uma década mais tarde, for iniciada uma nova revolução com o aparecimento do submarino nuclear lançador de mísseis, haverá uma reação de rejeição da maior parte dos marinheiros que recusarão com a mais extrema energia esta novidade devoradora de créditos, transformada atualmente em um de seus trunfos essenciais.

Poderíamos ver nesses exemplos, sumariamente evocados, uma ilustração do conservadorismo dos marinheiros. O problema é, entretanto, infinitamente mais complexo. A guerra no mar é caracterizada, há cerca de dois séculos, por uma instabilidade que não tem nenhuma comparação com aquela vivida pela guerra terrestre. Esta pôde assimilar inovações que não puseram em risco seus princípios fundamentais. Lucien Poirier propôs um esquema tripartido: teoria fundadora (Guibert) – prática criadora (Napoleão) – teoria crítica (Clausewitz)¹⁰⁹. Este esquema não é transferível para o mar: a rigor, podemos encontrar uma teoria fundadora

¹⁰⁷ Eric Grove, *From the Vanguard to Trident*, Londres, The Bodley Head, 1987, p. 10.

¹⁰⁸ Almirante Castex, “La Russie et la mer”, 1954, retomado em *Théories stratégiques*, VII, p.124.

¹⁰⁹ Lucien Poirier, *Des Stratégies nucléaires*, p. 12.

com Clerk de Eldin, depois uma prática criadora com Nelson. Mas não há teoria crítica. Não pode haver nesse caso porque o esquema é afetado sob o impacto da revolução do vapor. Nós podemos simplesmente imaginar atualmente o que aquilo pode significar: todos os costumes adquiridos tornaram-se caducos, sendo preciso compreender, ou mesmo antes, imaginar a manobra de navios livres da imemorável restrição dos ventos. Esta descoberta da liberdade de movimento suscitou uma intensa fermentação intelectual, dominada pela tentação da cinematografia: a obsessão das ordens (de marcha, de contramarcha, de caça, de batalha, de retirada...), tão característica do pensamento do século XVIII, reaparece entre um bom número de autores. Em desespero de causa, vão-se buscar analogias com a guerra de galeras, único ponto de comparação possível.

Após, uma vez o vapor domesticado, é preciso enfrentar rajadas contínuas de inovações: o retorno do esporão acarreta a redescoberta do choque, que temporariamente superou a impotência do canhão em face dos progressos da couraça; o torpedo questiona o monopólio dos navios de linha, o submarino introduz uma nova dimensão na guerra naval, aguardando que o avião acrescente uma terceira. Muito naturalmente, resultou daí uma fascinação pela técnica, que não parava de questionar, ou mesmo de arruinar as verdades melhor estabelecidas. A quase totalidade dos autores cedeu à tentação da negação da existência de princípios permanentes. A instabilidade doutrinária se encontrou, de algum modo, legitimada pela técnica.

312. Pensamento dogmático e pensamento relativista

Esta instabilidade foi, além disso, acrescida por um fator específico: a reflexão no século XIX é essencialmente de origem francesa. Na Grã-Bretanha, o pensamento naval é pouco desenvolvido ou, mais exatamente, ele não se exprime publicamente, ao mesmo tempo pela tradição antiintelectualista e, sobretudo, porque o domínio dos mares não necessita de um questionamento. A França, ao contrário, se encontra na situação de brilhante vice-líder: ela está na ponta da inovação técnica e os oficiais tentam febrilmente encontrar uma solução para o problema naval francês. Mas este pode ser abordado de duas maneiras¹¹⁰:

1. em termos absolutos, a partir de grandes princípios de alcance universal. O foco é colocado de início sobre a necessidade de ter a superioridade para enfrentar o inimigo numa batalha em linha que dará ao vencedor o domínio do mar;

2. em termos relativos, considerando os dados particulares do caso francês. Reconhece-se então que, se a superioridade é desejável, ela não é possível em face do poder marítimo britânico. Daí a pesquisa para contornar a superioridade adversa pela inovação técnica. A marinha francesa precede quase constantemente sua rival na adoção de novas fórmulas. Seus oficiais publicam dezenas de obras e centenas de artigos sobre as novas táticas.

Os partidários da novidade se reagrupam sob a denominação de Jeune École. Em oposição, os “tradicionalistas” serão qualificados, com uma conotação pejorativa evidente, de Vieille École. A Jeune École se entusiasmará sucessivamente pela mina, pelo torpedo, pelo submarino... enquanto que a Vieille École permanecerá fiel à solução comprovada do navio de linha armado de canhões. A Jeune École enfatizará, devido aos seus equipamentos, as formas de guerra não-convencionais: assédio às esquadras por navios ligeiros, ataques lançados contra o comércio para obrigar o inimigo a se dispersar... enquanto que a Vieille École pregará, ao contrário, a busca da batalha decisiva. A Jeune École será então conduzida a adotar uma atitude de esquiva em relação à frota adversária e deverá suportar a acusação quase odiosa de ser defensiva, enquanto que a Vieille École se projetará, ao contrário, resolutamente ofensiva, em nome dos princípios, mesmo porque ela sabe que, na realidade, não tem os meios¹¹¹.

¹¹⁰ Essas duas maneiras de abordar o problema naval foram formuladas pelo Capitão-de-Fragata Cellier numa tese da Escola de Guerra Naval, *Les Idées stratégiques en France de 1870 à 1914. La Jeune École*, 1924, publicado em *L'Évolution de la pensée navale*.

¹¹¹ Isso aparece muito claramente numa passagem de Daveluy: “Eu prevejo daqui a objeção: nós seremos batidos. Isto é provável... E depois? Isso não provaria que nós pudéssemos fazer a guerrilha num país de planícies, nem que nós pudéssemos fugir à necessidade de lutar, quer sejamos fortes ou fracos”. Ensaio de estratégia naval, Paris-Nancy, Berger-Levrault, 1909, p. 278.

SUBSEÇÃO II – A DISPUTA DOS MÉTODOS

313 – Método histórico e método material

Esta rivalidade entre as duas escolas é perfeitamente conhecida. Porém, muito poucos comentaristas perceberam que, por detrás do duelo do torpedo e do canhão se dissimulava a confrontação de dois métodos. Castex foi o único a apresentar nitidamente o problema, de maneira aliás muito tardia, substituindo as denominações um tanto ou quanto polêmicas de Jeune e Vieille Écoles por escola histórica e escola material, sugeridas, desde 1907, por Sir Reginald Custance.

O **método histórico** decorre de princípios que são idéias gerais de valor universal, tanto no espaço quanto no tempo. São assim qualificadas de princípios que devem guiar a ação: a ofensiva, a manobra, a concentração, a busca do inimigo flutuante... que concorrem a um único objetivo: a obtenção do domínio do mar pela batalha decisiva¹¹². Esses princípios estratégicos tem correspondentes no nível tático, com a ofensiva tática, a massa, a velocidade, a ligação das armas...

O **método material** (em seguida chamado método positivo ou realista), em sentido inverso, vai chamar atenção para os procedimentos, isto é, para os meios disponíveis num dado contexto. Enquanto que o método histórico é, quase que por definição, estático, o método material se faz dinâmico. A novidade dos instrumentos lhe parece exigir novas táticas, a novidade do contexto internacional lhe parece exigir novas estratégias. Se a Jeune École preconiza uma nova forma de guerra de corso, é, ao mesmo tempo, porque o aparecimento dos cruzadores de grande velocidade e de grande raio de ação permite dispor de um instrumento adaptado a esta missão, e porque o desenvolvimento fantástico do comércio marítimo, se cria a riqueza do império britânico, aumenta perigosamente sua vulnerabilidade, uma vez que a Inglaterra não pôde desenvolver sua indústria a não ser com o sacrifício de sua agricultura, de modo que ela não é mais auto-suficiente no plano alimentar. Não se trata então de repetir os erros do passado, mas sim de tentar aproveitar uma nova cartada que abre perspectivas interessantes. No sentido inverso, duas décadas mais tarde, a batalha de Tsushima e o aparecimento do encouraçado *dreadnought* acarretam a adesão progressiva da maioria dos seguidores do método material ao encouraçado. O método histórico e o método material se juntam assim temporariamente¹¹³, esperando até que a experiência do submarino traga uma nova cisão.

O método histórico se faz abrangente, sensível aos fins, o domínio dos mares e sua exploração, e aos fatores de todas as ordens, políticas, econômicas... que condicionam a guerra naval (quadro na página 583). Ele pode, também, apoiar suas demonstrações sobre experiências múltiplas. Daí haver uma certa diversidade sobre o plano metodológico. O Almirante Di Giamberardino distinguiu assim dois métodos, que ele quis opor, mas que procedem na realidade da mesma matriz: o método histórico propriamente dito e o método científico, isto é o “*método histórico indutivo ao qual vem juntar-se somente uma pretensão de exatidão e de adivinhação que esta jamais teve*”¹¹⁴. A segunda não é mais do que uma variante da primeira, com uma formulação dogmática; variante, aliás, difícil de identificar, uma vez que Di Giamberardino não lhe deu nenhum nome.

¹¹² Eles são sistematicamente estudados pelo Almirante Castex em *Théories stratégiques*, IV.

¹¹³ Ao menos em estratégia. O mesmo não ocorre na tática, onde os adeptos do método material recusam os princípios de manobra e de ligação das armas exaltados pela escola histórica, para subordinar tudo ao fogo da artilharia pesada. Cf. Almirante Castex, *Théories stratégiques*, VI, pp. 270-272.

¹¹⁴ Oscar di Giamberardino, *L'Art de la guerre sur mer*, Paris, Payot, 1939, pp. 16-24.

Tão diversa em suas conclusões, a escola material apresenta, ao contrário, uma certa unidade metodológica: é sempre o instrumento que está no centro de suas preocupações: o método realista “*gostaria de ser decididamente anti-histórico e se basear de maneira exclusiva sobre o exame da realidade presente: circunstâncias políticas, condições geográficas e estratégicas, interesses dos beligerantes possíveis, forças antagônicas*”¹¹⁵. O método material define uma estratégia fundamentada sobre os meios, mesmo que o Almirante Aube e seus sucessores se mostrem sensíveis a um outro aspecto, o desenvolvimento do comércio marítimo, que dá uma nova dimensão à guerra de corso.

314 – Pluralidade dos métodos

Esta distinção entre os métodos histórico e material tem um real valor heurístico: a permanência de seu enfrentamento, depois do aparecimento do vapor, é um dos elementos maiores da estratégia marítima teórica, o que não deve surpreender, haja vista que a parte do material é comparativamente maior sobre o mar do que sobre a terra. Ao mesmo tempo, ela não é suficiente para relatar todos os métodos que tenham sido efetivamente empregados ou que poderiam tê-lo sido. Tanto o método histórico quanto o método material negligenciam ou relegam ao segundo plano outros determinantes ou componentes da estratégia marítima. Esta foi analisada a partir de todos os métodos apresentados no livro I, como podemos ver no quadro a seguir.

315 – O método geográfico

O método geográfico é particularmente utilizado nos países onde a posição ou a configuração da costa e dos portos são desfavoráveis. Eles devem se ajustar com uma deficiência que compromete de repente suas aspirações ao poder marítimo. É o caso da Itália, presa no Mediterrâneo e primeiramente cuidadosa com suas fronteiras terrestres. Domenico Bonamico (*Considerazioni sugli studi di geografia militare, continentale e marittima*, 1881. *Situazione militare mediterranea*, 1985) é um dos primeiros a colocar a geografia no centro da sua análise¹¹⁶. Do outro lado do Atlântico, Homer Lea anuncia, desde a virada do século, o antagonismo nipo-americano em uma análise de rara penetração (*The Valor of Ignorance*, 1909)¹¹⁷. Mas, é da Grã-Bretanha que vem a referência maior, com a obra de Callwell (supra nº 304), aliás comentada por Bonamico (*Mahan e Callwell*, 1989). Mas o espírito do tempo favorece mais os métodos histórico e realista. Somente após a Primeira Guerra mundial é que o método geográfico conhece um real desenvolvimento, em decorrência dos ensinamentos da guerra.

Ele encontra naturalmente sua terra eleita na Alemanha. O Vice-Almirante Wolfgang Wegener propõe uma tal análise, em *Der Seestrategie des Weltkriege* (1929; tradução inglesa 1990): ele sugere livrar-se do obstáculo geográfico ocupando a Noruega, de maneira a poder conduzir a batalha em condições favoráveis. Ele consegue uma certa repercussão na marinha alemã, mas se depara sobretudo com uma grande incompreensão, cujo testemunho é o ceticismo

¹¹⁵ Ibid.

¹¹⁶ Ezio Ferrante, “Bonamico et la géopolitique maritime italienne”, em *L'Évolution de la pensée navale V*.

¹¹⁷ Stéphane Beau, “La vision prophétique d'un stratège oublié”, em *L'Évolution de la pensée navale V*.

A ESCOLA FRANCESA DE ESTRATÉGIA MARÍTIMA

Escola tática

1690	Hoste	
1760	Bigot de Morogues	Bourdé de Villehouet
1780	Grenier	d'Amblimont
1800	Ramatuelle	Suzanne
1810		de la Rouvraye
1820	Montgéry	
1830		Grivel (pai)

Escola de cinemática

1850	Gueydon
1860	Lewal
1870	

Escola da batalha

Bouet-Willaumez
Pagel
Grivel (filho)
Jurien de La Gravière
Penhoat

Jeune École

	Aube
1880	Charmes
	Bourgois
1890	Fournier
	Z et Montéchant

Escola histórica

	Darrieus
1900	Duquet
1910	Guilhèneuc
	Daveluy
	Castex
	Degouy

Síntese

1930	Castex
------	--------

expressado por Castex na França¹¹⁸. A maioria dos observadores avalia que o Reich não tem os meios de obter a ampliação de sua base geográfica preconizada por Wegener. Daí a volta à guerra ao comércio nos anos 30, com as tendências “*New Blue-Water School*” enunciadas pelo major Hugo Waldeyer-Hartz em 1936 ou Ernst-Wilhelm Kruse (*Neuzeitliche Seekriegsführung*, prefaciado por Wegener, 1938), no momento preciso em que o IIIº Reich se lança na reconstituição de uma frota oceânica com o plano Z: este é concebido para dar à Kriegsmarine os meios necessários para disputar com a Royal Navy o domínio do mar, a partir do fim dos anos 40, enquanto que Waldeyer-Hartz e Kruse, conscientes da impossibilidade de conduzir uma guerra contra a Inglaterra, definem uma estratégia melhor adaptada a uma potência semi-oceânica (*halbozeanische*) como a Alemanha¹¹⁹. Este discurso alternativo permanece secundário.

Ao mesmo tempo, se desenvolve na Alemanha¹²⁰, a seguir na Itália¹²¹, no Japão¹²² e alhures (Segundo Storni, *Intereses argentinos en el mar*, 1916) um pensamento geopolítico, cuja componente marítima é essencial. Um dos livros-mestres do general-doutor Haushofer se intitula *Geopolitik des Pazifischen Ozeans* (1924), completado por uma síntese que permanece atualmente sem equivalente: *Weltmeere und Weltmächte* (1937). Muitos de seus discípulos consagram monografias a vários mares, sendo exemplar o de Hummel e Siewert sobre o Mediterrâneo (*Mittelmeer*, 1937; tradução francesa 1939). Em plena derrocada do Reich, Ernst Wolgast consagra um ensaio magnífico ao problema da talassocracia, *Seemacht und Seegeltung* (1944), comparando Atenas e a Grã-Bretanha¹²³. Jurista de formação como ele, Carl Schmitt publica um pequeno ensaio, *Land und Meer* (1942; tradução francesa 1985)¹²⁴, seguido de sua obra-prima *Der Nomos der Erde* (1950; traduções espanhola 1979, italiana 1991, francesa 2001). Na era nuclear, a atração pelo método geográfico diminuiu, com ressurgimentos episódicos na Itália (Giuseppe Fioravanzo, *Il Mare e la strategia di grandi spazi*, 1955)¹²⁵, nos Estados Unidos (R. E. Walters, *Sea Power and the Nuclear Fallacy*, 1975), antes de um retorno notável nos anos 80 (Colin S. Gray, *Maritime Strategy, Geopolitics, and the Defense of the West*, 1986). O desmembramento da União Soviética, que põe um termo à aventura oceânica iniciada nos anos 60, ocasiona um novo desaparecimento, nos anos 90, o qual não sabemos ainda se será durável.

316 – O método culturalista

O método culturalista recebeu uma ilustração magistral, mas totalmente incompreendida, durante a Segunda Guerra mundial, com as análises de Alexander Kiralfy sobre o comportamento japonês na guerra do Pacífico. Para Kiralfy, a aplicação dos estereótipos mahanistas não é pertinente: “*A terminologia empregada* (pelos ocidentais) *não permite bem explicitar os conceitos japoneses sobre o poder marítimo...* *Os pesquisadores americanos e europeus têm naturalmente apresentado tendência a atribuir aos japoneses intenções e projetos que seus próprios países consideravam como justos. Porém, entre as idéias expressadas, algumas jamais vieram à mente dos japoneses, e outras, consideradas após reflexão como inadaptadas ao Extremo-Oriente, foram descartadas*”¹²⁶. É preciso buscar as razões da recusa da batalha

¹¹⁸ Almirante Castex, *Théories stratégiques*, I, p. 61.

¹¹⁹ Cf. Herbert Rosinski, *The Development of Naval Thought*, pp. 63-64.

¹²⁰ Michel Korinman, *Quand l'Allemagne pensait le monde*, Paris, Fayard, 1989.

¹²¹ Marco Antonisch, “*La Géopolitique méditerranéenne de l'Italie fasciste*”, em *L'Évolution de la pensée navale V*.

¹²² Russel Nozomi Horiuchi, *Chiseigaku: Japanese Geopolitics*, tese inédita, Universidade de Washington, 1975.

¹²³ Wolgast continua sua reflexão após a guerra, notadamente com *Seemacht als Staats-und Gestaltlehre*, 1961. Stefan Schütze, “*Wolgast, théoricien de la thalassocratie*”, em *L'Évolution de la pensée navale V*.

¹²⁴ David Cumin, “*Entre terre et mer: Carl Schmitt*”, em *L'Évolution de la pensée navale VII*.

¹²⁵ Ezio Ferrante, “*La Pensée navale italienne après 1945*”, em *L'Évolution de la pensée navale VII*.

¹²⁶ Alexander Kiralfy, “*La stratégie navale japonaise*”, em Edward Mead Earle, *Les Maîtres de la stratégie*, tomo II, p. 209.

pela frota japonesa no código de Bushido e no modelo da guerra dos samurais. As pesquisas posteriores dos historiadores mostraram a racionalidade da sua demonstração¹²⁷, que havia sido lançada ao ridículo, inclusive por espíritos eminentes¹²⁸. Este método permanece entretanto pouco praticado, fora algumas alusões furtivas, embora pudesse conduzir a resultados importantes.

317 – O método racional-científico

O método racional-científico, na sua primeira versão geométrica, presidiu a elaboração do pensamento naval tático moderno. O padre Hoste indica que o objetivo de sua obra é de “*reduzir a regras fáceis e exatas todos os movimentos que se pode e que se deve fazer nas armadas*”¹²⁹. Ele decompõe as evoluções em movimentos que são ilustrados em numerosas pranchetas. Muito cedo, desde o século XVIII, nós lhe reprovamos essa imposição geométrica, Grenier em particular, mas este mesmo não fez diferente, substituindo pela linha outra figura geométrica, o losango. Esta obsessão perdura no século XIX entre a maioria dos autores que tentavam definir uma tática para os navios a vapor: Bouët-Willaumez e Penhoat, por exemplo.

Ele desaparece em seguida e não se pode mais mencionar representantes do método geométrico no domínio estratégico. A estratégia naval, por razões evidentes associadas ao meio, se presta menos que a estratégia terrestre a uma teoria jominiana em termos de linhas interiores... Por outro lado, a parte do material, maior do que sobre terra, criou obstáculos ao raciocínio teórico puro entre os anti-históricos: a Jeune École preferiu voltar-se na direção do método realista. O método racional, ainda utilizado comumente na tática (com a pesquisa operacional) é pouco adaptado à reflexão estratégica. Ele apenas aparece esporadicamente entre alguns autores, como o Contra-Almirante Hubert Moineville (*La Guerre navale*, 1982; tradução inglesa 1984). Mas ele se choca com uma dificuldade maior: uma análise atemporal, separada de qualquer situação concreta, dificilmente chega a ultrapassar o estágio descritivo se ela não se posiciona resolutamente no nível teórico mais elevado, aquele no qual se situa o método filosófico.

318 – O método sintético

Ele é representado, com destaque, pelo Almirante Castex. No clima da época, se queria sobretudo ver nas *Théories stratégiques* a reafirmação da doutrina do domínio do mar pela busca da batalha decisiva e sua adaptação ao caso francês, quer dizer a uma estratégia nacional necessariamente dominada pelo perigo continental. De fato, a síntese castexiana vai muito mais longe¹³⁰. Castex é praticamente o único a tentar a fusão do método histórico de Mahan com o método material da Jeune École, o que lhe permite substituir o enfoque unilateral de seus predecessores por uma visão dualista da guerra naval: a guerra entre forças organizadas, nova denominação da antiga guerra de esquadras, coexiste com a guerra das comunicações marítimas, que se limitava anteriormente à guerra de corso. O domínio do mar somente será completo se o sucesso de uma for transposto para a outra. Castex transpõe assim à guerra no

¹²⁷ Saburo Toyama, “Lessons from the Past”, *US Naval Institute Proceedings*, setembro de 1982.

¹²⁸ Bernard Brodie, *La Stratégie navale et son application dans la guerre*, Paris, Payot, 1947, p. 118.

¹²⁹ Citado em Michel Depeyre, “Le père Paul Hoste, fondateur de la pensée navale moderne”, p. 59.

¹³⁰ Hervé Coutau-Bégarie, *La Puissance maritime. Castex et la stratégie navale*, Paris, Fayard, Géopolitiques et stratégies, 1985 e introdução à reedição das *Théories stratégiques*, Paris, Économica, 1997.

mar, sem daí extrair plenamente as consequências, a distinção de Clausewitz entre estratégia de aniquilamento e estratégia de usura.

Castex consagra igualmente longos desenvolvimentos à geografia, fundando verdadeiramente, mesmo que ele não empregue as palavras, uma geopolítica e uma geoestratégia evolutivas, não-dogmáticas, cujas idéias centrais são, de um lado, a ausência de lei única da história (o mar não prevalece sempre sobre a terra, tudo é questão de “casos concretos”), e, de outro lado, a interdependência, na época contemporânea, das estratégias aeroterrestre e aeromarítima que ele sistematizará nos seus últimos escritos.

319 – O método filosófico

O método filosófico, como na estratégia terrestre, constitui o “estágio nobre” da reflexão estratégica. Aqueles que o praticam fazem teoria, lá onde seus homólogos não fazem, na maioria das vezes, mais do que análise. Eles buscam apreender a dimensão marítima da estratégia de uma maneira global e crítica, decifrar a sua epistemologia.

O plano do ensaio de Corbett mostra claramente sua preocupação metodológica: ele trata de início da teoria da guerra, depois da teoria da guerra naval, antes de abordar a condução da dita guerra naval que é objeto da atenção essencial, senão exclusiva, da maior parte dos autores, quer sejam eles históricos ou realistas. Não é por acaso que os dois únicos verdadeiros representantes desse método sejam praticamente os dois únicos estrategistas navais clauseitzianos: Julian S. Corbett, cuja obra-prima *Some Principles of Maritime Strategy* constitui sem dúvida o ensaio de estratégia naval mais bem elaborado, e Herbert Rosinski que não deixou, infelizmente, nada além de fragmentos separados da grande obra que empreendeu.

SUBSEÇÃO III – ORIENTAÇÕES DE PESQUISA

320 – Uma releitura crítica dos clássicos

Uma estratégia marítima teórica, para assim ser considerada, deve partir dos autores que podemos justamente chamar de clássicos: o triunvirato Mahan-Corbett-Castex ao qual é preciso acrescentar um quarto nome, Rosinski. São igualmente importantes a considerar os autores do segundo nível (o que não quer dizer de segunda ordem) como Colomb, Bridge, Richmond, Darrieus, Daveluy, Di Giamberardino, mas também os “heréticos” como o Almirante Aube ou Fred Jane. A tentativa de ignorar o ensinamento dos antigos e de reconstruir uma teoria, ignorando tudo o que ocorreu anteriormente, corresponde a imitar os historiadores da Idade Média que, devido à não-circulação dos manuscritos, estavam condenados a partir do zero. Podemos aplicar aos clássicos da estratégia o que Jean Guitton disse dos velhos filósofos: “*Nós os relemos para que eles nos façam ter idéias e nós homenageamos as idéias que eles jamais tiveram, mas que nós não teríamos tido sem eles*”¹³¹.

Esta releitura deve ser resolutamente crítica. É preciso distinguir os elementos teóricos, únicos utilizáveis a longo prazo, das considerações doutrinárias, cuja validade é temporária. Além das controvérsias sobre o material, distinguimos problemas metodológicos cuja elucidação pode contribuir para uma melhor tomada de decisão em um ambiente técnico fundamentalmente transformado. É somente nas formas exteriores do navio que as discussões em torno do *arsenal ship* da U.S. Navy trazem à lembrança as controvérsias do século XIX em torno das baterias encouraçadas.

¹³¹ Jean Guitton, *Mon Testament philosophique*, Paris, Presses de la Renaissance, 1997, p. 160.

Uma tal abordagem permitirá ultrapassar o simples catálogo de autores ou a oposição simplificadora *Vieille/Jeune École* para identificar correntes de pensamento estruturadas em torno de paradigmas doutrinários:

- * doutrina do domínio do mar, da qual Mahan seria o arquétipo
- * doutrina do corso, que se encarna na Jeune École;
- * doutrina da guerra limitada, da qual Corbett e os teóricos da *Seegeltung* poderiam fornecer o modelo;
- * doutrina da guerra costeira, constantemente desprezada, mas ilustrada por uma linha de autores muito diversos e nem sempre menosprezíveis, de Grivel e da *Fortress Fleet School* aos adeptos contemporâneos da guerrilha naval.

O esclarecimento desses paradigmas e de suas combinações possíveis supõe um trabalho teórico, atualmente apenas esboçado.

MÉTODOS

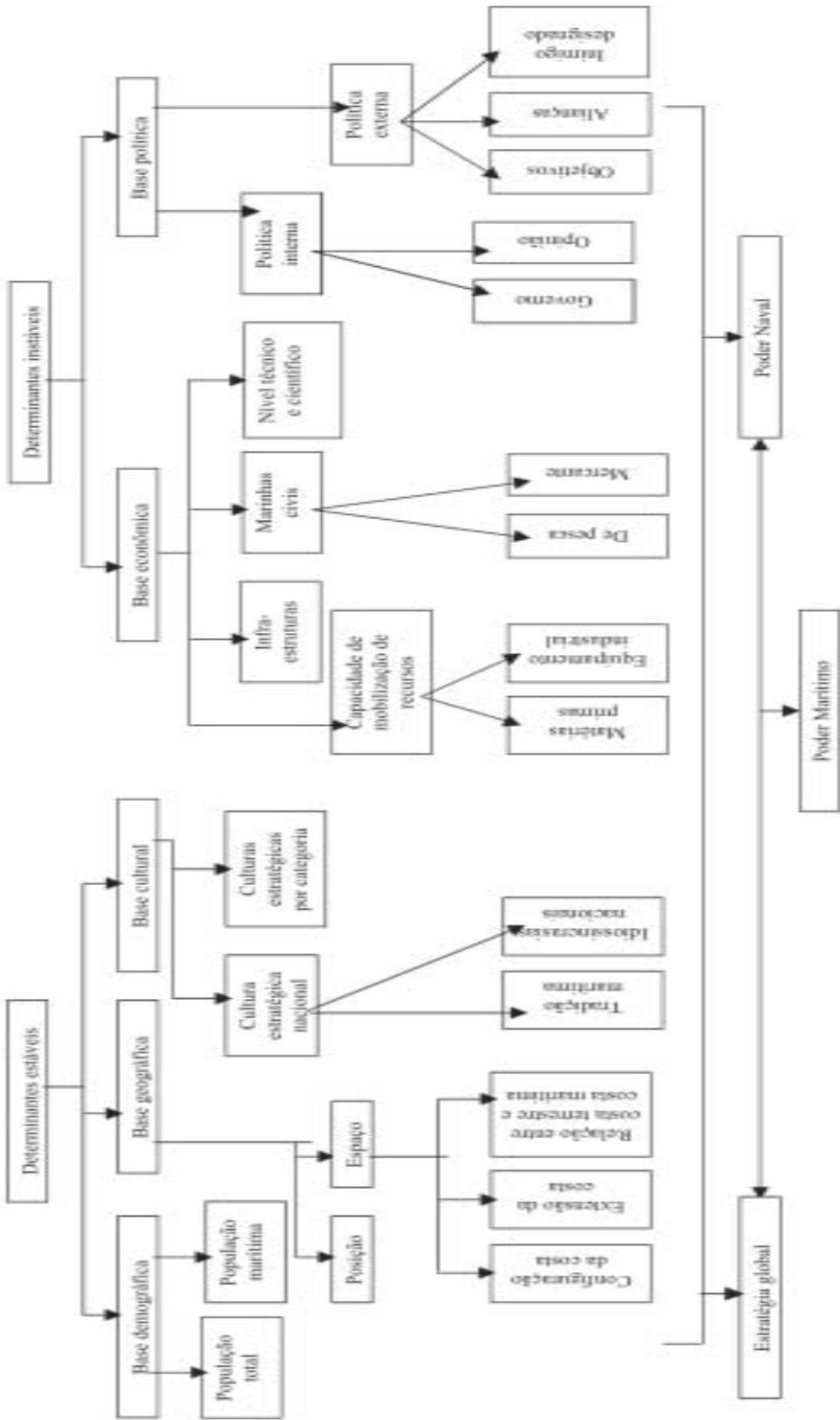
Métodos	Objeto	Fundamentos	Pesquisa	Doutrinas	Orientação	Autores
1) Histórico	Fins	História	Princípios	Domínio do Mar	Dogmática Universalizante	Mohan Colomb Richmond
2) Realista * Objetivo * Subjetivo	Meios * capacidades * emprego	Conjuntura * técnica * doutrina	Procedimentos * materiais * táticas e estratégias	Guerra entre Forças Organizadas Guerra das Comunicações Guerrilha Naval	Particularista	Jeune École Comentadores de Gorchkov
3) Geográfico	Meio	Geografia	Ponto de aplicação das forças	Oceânica Semi-oceânica Costeira	Determinista	Haushofer Wegener Lea
4) Culturalista	Determinates históricos e sociológicos	Cultura nacional	Estereótipos	Busca da batalha	Determinista	Kiralfy
5) Científico	Meios	Modelos			Determinista	Hoste
	Combinação dos métodos 1, 2 e					

1, 3, 5 e 6: Fatores

2 e 4: Atores

6 e 7: Dialéticas

FATORES DO PODER MARÍTIMO



321 – Uma releitura crítica da história

Um dos valores essenciais da pesquisa, durante os últimos decênios, tem sido de ordem histórica. Se a história do pensamento naval permanece amplamente abandonada, um certo número de autores tem ainda assim sido objeto de estudos e de comentários que ajudam a fixar o campo e o alcance de sua reflexão. Mas, sobretudo, a história marítima geral alcançou progressos muito consideráveis depois da época em que os clássicos escreviam, em duas direções interessantes para a estratégia marítima teórica.

1. De um lado, ela explorou partes inteiras da história marítima do mundo que eram anteriormente quase completamente desconhecidas: a história marítima da Antiguidade, a do Extremo-Oriente, que eram no passado limitadas a alguns episódios (a Grécia ou Roma para a Antiguidade, os períodos muito recentes para o Extremo-Oriente), começam agora a ser conhecidas no seu conjunto: dispomos de trabalhos muito importantes sobre a política marítima dos impérios do Oriente Médio antigo, da China imperial, e até da Índia que se acreditava cortada do mar, de tal forma que no lugar de uma experiência histórica única, a do ocidente moderno, sobre a qual precisaram apoiar-se os autores clássicos, podemos no momento pesquisar em um panorama muito mais completo.

Pode haver aí um interesse, que não puramente erudito, no estudo da estratégia naval antiga? Em 1890, Mahan se referia ainda às batalhas das galeras para encontrar analogias com os navios a vapor, aproximação frágil que não aceitariam mais atualmente. O interesse da história antiga se situa em um outro plano; ela revela a persistência dos problemas estratégicos através das mutações técnicas radicais. Tomemos o exemplo do pensamento naval helênico; ele se inscreve na seqüência, mas também em contraponto, da estratégia naval ateniense. A evolução aparece claramente, de um pensamento fundamentado na inteligência estratégica e tática a uma concepção muito mais material, fundamentada na superioridade do número e da potência dos armamentos. Devemos ver aí uma prefiguração da passagem do modelo britânico ao modelo americano na época contemporânea? A idéia é sedutora, mas as condições da guerra naval mudaram de tal forma que qualquer comparação desse gênero é necessariamente impressionista. Ela se impõe, entretanto ao espírito. Da mesma maneira, os historiadores antigos nos tem conservado a lembrança de numerosos tratados que provam que todas as categorias de desarmamento naval que existem atualmente (quantitativo, qualitativo, geográfico, funcional) eram já praticados¹³². O método histórico pode assim encontrar na Antiguidade uma confirmação da permanência, senão dos princípios que os autores clássicos, em seqüência a Mahan e Colomb, apaixonadamente buscaram, ao menos de certas preocupações quanto às missões das forças navais. Em meados dos anos 80, teóricos americanos propuseram explorar a mobilidade das forças navais para retirar da União Soviética a iniciativa, e alguns apresentaram essa escalada horizontal como uma novidade. O que faziam então os atenienses há vinte e cinco séculos?

Como os Lacedemônios haviam fortificado Decélia, um reduto que eles haviam tomado dos atenienses, e os atacavam com muita freqüência a partir desta posição, esses últimos enviaram uma frota para devastar o Peloponeso e conseguiram assim deslocar o exército lacedemônio que se encontrava em Decélia¹³³.

As consequências teóricas disso podem ser muito importantes e questionar certos princípios que nossos predecessores consideravam como definitivamente comprovados. Assim, é que o etnólogo Karl Polanyi abriu perspectivas consideráveis com a sua teoria da evitação

¹³² Cf. Jean Pagès, *Recherches sur la guerre navale dans l'Antiquité*, ch. IV.

¹³³ Frontin, *Les Stratagèmes*, livre I, ch. III, str. 9, trad. Laederich, p. 62.

do mar pelos grandes impérios antigos¹³⁴, que apresenta em termos totalmente novos o problema das relações entre a terra e o mar, que é abordado ainda com muita freqüência, após Mackinder e Mahan, em termos de oposição. Da mesma maneira, o coronel Guilmartin propôs uma releitura da guerra de galeras que questiona a universalidade do conceito de domínio do mar¹³⁵. No sentido inverso, esta noção não foi conceituada somente pelos ocidentais: após décadas de ignorância e de incomprensão que nos fizeram repetir que os chineses não conheciam nada além do que a defesa costeira (*haifang*), começa-se a descobrir que o pensamento naval chinês é extremamente antigo e que ele jamais ignorou a dimensão oceânica: Zhang Xie, autor do século XVIII, citado por Joseph Needham, emprega a noção de “domínio das águas do oceano”¹³⁶.

2. De outro lado, os múltiplos trabalhos sobre a história marítima da Europa modificaram, de maneira frequentemente radical, nossa visão dos fatos sobre os quais Mahan e seus sucessores se apoiaram. Nós ainda não extraímos verdadeiramente as consequências teóricas, pois muito raros são os historiadores que concebem seu trabalho em uma perspectiva resolutamente estratégica. É suficiente, entretanto, ler *The Politics of Naval Supremacy* (1965) de Gerald Graham ou *The Rise and Fall of British Naval Mastery* (1976) de Paul Kennedy para dimensionar o trabalho concluído e o interesse de comparar as conclusões dos clássicos com as aquisições recentes da pesquisa histórica.

Trata-se de um trabalho considerável, que se encontra ainda no seu início. Mas, enquanto ele não avançar suficientemente, é inútil esperar poder fundar uma teoria sintética do poder marítimo. Clausewitz somente começou *Vom Kriege* após haver escrito milhares de páginas sobre as guerras modernas. Se o mundo mudou, as exigências da pesquisa não se modificaram na mesma proporção.

322 – Uma teorização das inovações

Evidentemente, esta necessidade de uma releitura crítica da história não deve significar o retorno ao exclusivismo do método histórico. O sistema estratégico em geral, e seu subsistema marítimo em particular, conheceram, ao longo das últimas décadas, transformações radicais a um ritmo que não havia jamais sido atingido no passado, e que nos obrigam a repensar os conceitos, as categorias e os métodos da estratégia marítima. De mais a mais, um conhecimento científico é necessário para considerar as novas dimensões da estratégia marítima, uma vez que essas alterações não são mais limitadas somente aos planos tático e operativo, mas têm igualmente consequências estratégicas fundamentais. Simplesmente, a despeito dessas transformações radicais, a natureza das relações internacionais e das relações de poder não tem se transformado no mesmo grau, e é útil, se não necessário, separar as verdadeiras inovações estratégicas das constantes que perduram através dessas transformações.

A construção de um cenário teórico global é necessária e ela não pode ser mais do que o resultado da aliança dos diferentes métodos, principalmente o método realista, uma vez que o peso da técnica cresce sem cessar, e o método histórico, que pode constituir, se for manejado

¹³⁴ Karl Polanyi e Conrad Arensberg (eds), *Les Systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Paris, Larousse, 1974; livro fundamental em muitos aspectos, muito pouco conhecido.

¹³⁵ John F. Guilmartin Jr, *Gunpowder and Galleys. Changing Technology and Mediterranean Warfare at Sea in the Sixteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1974.

¹³⁶ Joseph Needham, *La Tradition scientifique chinoise*, p. 171

com delicadeza, um contrapeso útil e criar interrogações críticas que se contraporão à fascinação pela técnica, à qual nós temos extrema tendência a sucumbir. E, bem entendido, o método filosófico, mesmo que ele represente um horizonte difícil a alcançar, deve constantemente servir de base à reflexão, a fim de evitar a fragmentação da estratégia e sua redução a um conjunto de técnicas e de procedimentos. Ele é o único meio de manter a relação íntima entre política e estratégia.